

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

***SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E SUAS AGÊNCIAS SOCIALIZADORAS EM JOVENS
DE JUIZ DE FORA – MG:
UMA INVESTIGAÇÃO E UM ESTUDO DE CASO***

Rafael Barbosa Furtado

Juiz de Fora
2017

RAFAEL BARBOSA FURTADO

**SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E SUAS AGÊNCIAS SOCIALIZADORAS
EM JOVENS DE JUIZ DE FORA – MG:
UMA INVESTIGAÇÃO E UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Professora Doutora Christiane Jalles de Paula

Juiz de Fora
2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Furtado, Rafael Barbosa.

Socialização política e suas agências socializadoras em jovens de Juiz de Fora - MG: uma investigação e um estudo de caso / Rafael Barbosa Furtado. -- 2017.

112 f.

Orientador: Christiane Jalles de, Paula

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2017.

1. Socialização Política. 2. Agências de Socialização. I. Paula, Christiane Jalles de,, orient. II. Título.

**SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E SUAS AGÊNCIAS SOCIALIZADORAS EM JOVENS DE
JUIZ DE FORA - MG: UMA INVESTIGAÇÃO E UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 30 / 08 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Dra. Christiane Jalles de Paula – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

P/ 

Dr. Leandro Molhano Ribeiro
Fundação Getulio Vargas


Dr. Raul Francisco Magalhães
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho aos meus pais, Ana Maria Barbosa Furtado e José Luiz Lamim Furtado, pelo amor, dedicação, apoio e por sempre acreditarem no meu potencial. Com vocês aprendi a importância da educação, da família e do olhar ao próximo. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos meus pais, Ana Maria e José Luiz, por todo amor incondicional que sempre me deram, pela confiança e apoio nas escolhas que fiz. Serei eternamente grato por todos os aprendizados e exemplos dados durante minha criação.

Às minhas irmãs, Paula e Bruna, por todo o amor e companheirismo. Não poderia ter irmãs melhores, me sinto abençoado de tê-las ao meu lado.

Ao meu saudoso avô Noé Barbosa, *in memoriam*, às minhas avós Judith e Genuina e meu avô Luiz Furtado por todos os ensinamentos de vida e valores transferidos. Os conhecimentos mais importantes da vida não são de origem acadêmica.

À minha orientadora Christiane Jalles pela disponibilidade e sugestões que possibilitaram o desenvolvimento desta dissertação.

Aos professores do PPGCSO, principalmente à Beatriz Teixeira, Marta Mendes, Fernando Tavares e Luiz Flávio, pelos ensinamentos sobre sociologia e ciência política desde a minha graduação, por todo o aprendizado e oportunidades que me proporcionaram.

Aos professores Raul Magalhães e Leandro Molhano pelos comentários e sugestões na qualificação e por aceitarem o convite para compor a banca.

Aos amigos queridos, companheiros desde os tempos de graduação e a todos os amigos feitos através do PPGCSO e no ICH durante estes anos. Não irei citar nomes para não correr o risco de ser injusto, mas guardo com grande carinho todos os que passaram por essa estrada.

Eterna gratidão a todos vocês. Por serem marcantes em minha vida, todos vocês contribuíram de alguma maneira para que este trabalho ganhasse forma.

Agradeço por fim a CAPES pelos recursos que possibilitaram a feitura desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o conceito de socialização política sob um enfoque do processo de socialização e a forma pelo qual o fenômeno que o conceito de socialização abarca se dá entre um grupo de jovens juiz-foranos através das agências de socialização envolvidas. Se almejou investigar quais são as agências de socialização política de maior relevância e a atuação delas sobre estes indivíduos. É proposto uma discussão do conceito de socialização política através da apresentação de seu desenvolvimento histórico e críticas referentes a ele. No trabalho, uma amostra de sessenta jovens da cidade de Juiz de Fora, participantes de um projeto de educação política do poder legislativo estadual, interpretado no presente trabalho como uma experiência constituinte do processo de socialização política, é analisada através de dados quantitativos preliminares recolhidos por um survey e de uma entrevista, vista como um estudo de caso deste processo, em busca de dados qualitativos. O presente estudo traz uma análise dos dados recolhidos a luz da bibliografia percorrida, corroborando com o papel que as agências de socialização possuem na socialização política dos jovens e da percepção de estudos recentes quanto a internet como uma nova agência socializadora de grande importância para os jovens, trazendo algumas reflexões referente aos papéis que os jovens cumprem também enquanto agentes de socialização política.

Palavras chaves: Socialização Política; Socialização; Agências de Socialização.

ABSTRACT

The present work deals with the concept of political socialization under a focus of the socialization process and the way in which the phenomenon occurs among a group of young through the socialization agencies involved. It was hoped to investigate which agencies of political socialization have greater relevance and they act on these individuals. It is proposed a discussion of the concept of political socialization through the presentation of historical development and criticisms concerning it. In the study, sixty young people from the city of Juiz de Fora-MG, participants in a project of political education of the state legislative power, interpreted in the present work as a constituent experience of the process of political socialization, is analyzed through preliminary quantitative data collected by a survey and an interview, seen as a case study of this process, in search of qualitative data. The present study provides an analysis of the data collected in the light of the bibliography, corroborating the role of socialization agencies in the political socialization of young people and the perception of recent studies about the Internet as a new socializing agency of great importance for young people, bringing some reflections on the roles that young people also as agents of political socialization.

Keywords: Political Socialization; Socialization; Socialization Agencies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA.....	15
1.1 O conceito de socialização.....	15
1.2 Socialização política.....	21
1.3 Críticas a perspectiva da socialização política.....	25
1.4 Relação com a cultura política.....	31
1.5 Socialização política para jovens.....	36
1.6 Parlamento jovem.....	37
CAPÍTULO 2 – AS AGÊNCIAS DE SOCIALIZAÇÃO.....	40
2.1 Família.....	42
2.2 Escola.....	50
2.3 Meios de comunicação e internet.....	55
2.4 Grupo de pares.....	61
2.5 Experiências políticas.....	64
2.6 Opiniões políticas.....	66
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO.....	76
3.1 Escola.....	77
3.2 Família.....	81
3.3 Grupo de pares.....	85
3.4 Meios de comunicação e internet.....	86

3.5 Experiências políticas.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	102

INTRODUÇÃO

O papel do aprendizado na sociedade e a forma pela qual ele ocorre sempre foi um tema discutido entre os mais diversos pensadores de todas as áreas que abarcam as relações sociais e percepções humanas de alguma maneira.

A explicação do comportamento humano sempre esteve presente no imaginário cultural das sociedades e posteriormente foi alvo de investigações de cunho científicos a fim de descobrir quais são, e através de quais mecanismos eles são gerados e reproduzidos.

As explicações para os fenômenos políticos não foram diferentes disto. Desde os pensadores clássicos aos contemporâneos, pelas mais diversas áreas de estudo e correntes teóricas, autores se debruçam sobre os fenômenos e comportamento político dos seres humanos nas diferentes sociedades. A sociologia consolidou o conceito de socialização¹ desde os seus trabalhos clássicos² e diferentes reflexões a partir dele surgem diante da premissa de que os seres sociais são constituídos através de suas relações e sob influência do meio social em que vive.

Quanto ao comportamento político, tipicamente social, não é diferente. Para se investigar como as pessoas aprendem certas crenças, atitudes e comportamento político que se localiza a discussão quando ao processo de socialização política³.

A trajetória na qual a pesquisa se desenvolveu fora um tanto quanto inconstante. Inicialmente, ao entrar no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF, a dissertação que seria desenvolvida versaria sobre uma temática sem qualquer relação com a da socialização política. A decisão de mudança de área, pesquisa e orientação ocorre durante o fim do primeiro ano do curso de mestrado. A escolha do novo tema encontra outros desafios tais quais uma nova bibliografia, novos conceitos e uma nova orientação.

O novo tema de estudo acabou sendo influenciado por questões pessoais. A experiência docente na rede pública de ensino e o fato de ter sempre participado e incentivado construções de agremiações estudantis nesta rede de ensino, junto a participação no movimento estudantil, sempre estiveram junto a uma questão: como

¹ A socialização produz, pois, tipos sociais adaptados a um contexto social e determina as estruturas mentais que caracterizam o que chamamos de personalidade dos indivíduos (ver capítulos V e XI: MEAD, 2004 apud BELLONI, 2007, p.64).

² Durkheim (1978).

³ Este conceito será discutido posteriormente no trabalho.

as experiências e os agentes sociais com os quais os indivíduos se relacionam influenciam o aprendizado político?

Estas questões se transformaram nas perguntas que regem o presente trabalho: o que é o processo de socialização política e quais são as agências de socialização responsáveis por este processo?

Para responder a esta pergunta tomamos como campo o projeto Parlamento Jovem de Minas de Juiz de Fora 2016 – coordenado pelo poder legislativo de Minas Gerais e por escolas públicas e particulares de Minas Gerais, tem como objetivo a educação política para estudantes do ensino médio, familiarizando-os com os instrumentos de participação política e o processo legislativo – pois o entendemos como um mecanismo de socialização política⁴.

O trabalho partiu de uma hipótese inicial de que os jovens constituintes do projeto teriam um histórico de ações e experiências políticas.

Este trabalho, portanto, disserta sobre o que é a socialização política, quais os agentes de socialização política e qual o papel que estes cumprem na socialização política dos jovens investigados. O presente estudo se alinha aos estudos de percepção micropolítica do processo, sem ter a pretensão de relacioná-lo com a cultura política através das crenças e atitudes dos atores do sistema, e sim analisar a presença e o papel dos agentes de socialização e das experiências vividas por estes indivíduos neste processo.

A pesquisa se constituiu em quatro etapas: a busca de bibliografia e leitura de trabalhos referentes ao tema de socialização política e afins; a aplicação do questionário ao grupo de jovens que constitui o universo da pesquisa; a realização de uma entrevista em profundidade e a análise dos dados recolhidos.

O recorte escolhido foram os participantes do projeto do parlamento jovem, foi a princípio, por se entender que o projeto seria um mecanismo de socialização política e de participação política.⁵

A aplicação do questionário aos jovens se deu em junho de 2016 em um encontro regional ocorrido em Juiz de Fora, em uma das instituições participantes do Projeto Parlamento Jovem da Zona da Mata I.⁶ A Zona da Mata I, recorte inicial da

⁴ A discussão quanto ao projeto ser interpretado como constituinte de uma socialização política será abordado nos capítulos posteriores.

⁵ O trabalho não tratará da discussão referente a participação política.

⁶ A divisão da microrregião da Zona da Mata mineira em duas (Zona da Mata I e Zona da Mata II) se deu devido ao aumento do número de cidades participantes do Projeto Parlamento Jovem.

pesquisa, é constituída por escolas públicas e privadas das cidades de Juiz de Fora, Leopoldina, Matias Barbosa, Rio Preto e Santos Dumont.

Os dados quantitativos recolhidos fornecem dados socioeconômicos dos pesquisados e informações referentes aos agentes de socialização política clássicos: família, escola, mídia, grupos de pares, assim como informações quanto a experiências anteriores de participação, atividades políticas e de opiniões referentes a temas políticos que poderiam ser explorados. Trazem, portanto, informações descritivas para que visualizássemos a presença ou não dos agentes de socialização e uma ideia inicial do papel destes para estes jovens, opiniões e experiências políticas.

Como os dados quantitativos se demonstraram insuficiente para uma melhor percepção do papel destes agentes de socialização e sua atuação, buscou-se informações mais aprofundadas com o uso de metodologia qualitativa. Realizei entrevista semiestruturadas com objetivo de entender melhor como se constituía o papel dos agentes na socialização política daquele jovem entrevistado.

Inicialmente, pensamos em entrevistas em vários municípios do polo Zona da Mata I, mas ficou inviável. Optou-se assim por trabalhar apenas com os alunos de Juiz de Fora. Este formou um conjunto de 60 jovens, de cinco escolas do município, três públicas – estaduais – e duas privadas. Num segundo momento esperei realizar sete entrevistas em profundidade. Feito os convites e empreendidas as negociações – maio a julho de 2017 – tivemos contratempos e recusas que acabaram alterando a forma pela qual a pesquisa se desenvolveu.

Os sete jovens que foram procurados para nos dar uma entrevista haviam sido selecionados devidos ao número de respostas a questão que buscava saber de quais atividades de cunho político o jovem participava ou já havia participado, indicando um potencial maior da presença de agentes de socialização política em sua trajetória e que tinham respondido de formas diferentes a algumas perguntas do questionário⁷. O objetivo era que as entrevistas ajudassem a elucidar como as

⁷ Como é possível ver no anexo desta dissertação, as questões a que me refiro dizem respeito às seguintes perguntas do questionário: “Conversas sobre política faz parte do cotidiano de minha casa”, “Conversas sobre política faz parte do cotidiano entre meus amigos”, “Estou constantes em meio a discussões políticas”, “Eu me sinto incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pelos meus familiares”, “Eu me sinto incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pela(s) escola(s) em que estudo/estudei”, “Eu sou/fui influenciado por professor(es) quanto a participar de projetos políticos”, “A escola é um lugar para se discutir política” e “A internet é um lugar para se discutir política”.

diferentes formas pelas quais os agentes de socialização poderiam atuar sobre jovens de diferentes perfis de sociabilidade.

Contudo, dos sete jovens selecionados para responderem as entrevistas, um não deixou um meio de contato ou identificação no questionário, inviabilizando uma forma de contato; os outros seis aceitaram conceder a entrevista, mas uma série de imprevistos, problemas de agenda e negociações infrutíferas, terminaram por restringir a apenas uma entrevista. Os motivos das negativas para a concessão de entrevista por parte dos jovens foram variados: desde calendários escolares, pedidos por vezes burocráticos e sem retorno, até a necessidade de permissão para se fazer as entrevistas nas instituições de ensino. Assim três destes jovens desistiram de participar da pesquisa e dois não foram autorizados pelos responsáveis.

Tendo conseguido apenas uma entrevista em profundidade eu a analiso como um estudo de caso. Sua realização ocorreu em Julho de 2017. Foi utilizado um roteiro semiestruturado em que se buscava investigar o papel dos principais agentes de socialização política que destaco no capítulo três do presente trabalho.

Como dito anteriormente, o objetivo é investigar o processo de socialização política por meio das inter-relações sociais e institucionais presentes na vida dos jovens e das experiências vivenciadas e compartilhadas por estes indivíduos e dos papéis exercidos pelos agentes envolvidos.

Nesse sentido, não é nossa pretensão mensurar as atitudes, nível de participação, posicionamento política ou aquisição de conhecimento político, não tendo como objetivo o “resultado” do processo de socialização política, mas dissertar sobre o processo de socialização política, o papel e importância dos agentes de socialização política presente nas discussões teóricas percorridas além de trazer informações sobre como e o quanto estes agentes de socialização são presentes na vida dos jovens pesquisados através dos questionários e do estudo de caso.

Para a exposição do problema que aqui é dissertado, mostrou-se construtivo uma apresentação sucinta de alguns pontos centrais e de alguns paradigmas referentes ao processo de socialização, tradicional área de estudo da sociologia e da sociologia da educação. Este é o tema do primeiro capítulo. Nele, além das discussões referentes ao processo de socialização, de socialização política e seus agentes, foram apresentadas as discussões referentes a críticas ao conceito de socialização política, a relação do conceito de socialização política com o campo de

estudo da cultura política e algumas das problemáticas levantadas quanto ao uso do conceito de socialização política para a juventude.

Inicialmente se optou por fazer uma discussão apresentando os principais pressupostos de autores que dissertam sobre o processo de socialização, desde as discussões funcionalistas iniciais (DURKHEIM, 1978), às discussões do início do século vinte sob uma perspectiva interacionista, e das contribuições de autores posteriores, tais quais (BERGER LUCKMAN, 1983).

Ao apresentar os pressupostos e paradigmas da ideia de socialização, herdada pelo conceito de socialização política, o conceito de socialização política é apresentado tal qual visto em estudos da primeira geração do tema na América do Norte (EASTON; DENIS; HESS, 1969; HYMAN, 1959;) focalizados no papel da família e infância, da segunda geração (JENNINNS; NIEMI, 1974; NIEMI, 1974; SIGEL, 1989), com o adendo do meio escolar e de outros agentes socializadores em diferentes momentos da vida, assim como estudos contemporâneos referentes a introdução de novos agentes de socialização ao processo e a estudos nacionais que se utilizam deste conceito, assim como a apresentação de como ele será utilizado. (BAQUERO e BAQUERO, 2007; CASALECCHI, 2012; FUKS, 2011; MORAIS, 2017; NAZZARI, 2005; ROBALLO, 2011; SCHMIDT, 2000; SILVEIRA e AMORIM, 2005).

Algumas críticas ao conceito, pressupostos e pesquisas sobre a socialização política também são tratadas no capítulo 1 (CASTRO, 2009; MACHADO, 1979), seguido de uma breve apresentação da relação do conceito de socialização política e cultura política dentro do qual a maior parte das pesquisas nacionais referentes a socialização política se encontram. Ao fim deste primeiro capítulo uma reflexão sobre a socialização política e juventude é feita, ao passo que o jovem é apresentado como um agente político e o projeto Parlamento Jovem é apresentado como uma experiência constituinte do processo de socialização política daqueles que participarem dele, assim como uma breve apresentação de estudos referentes ao projeto que corroboram com esta perspectiva é feita.

O segundo capítulo se constitui da apresentação das principais agências de socialização políticas encontradas na bibliografia percorrida e do papel que estas exercem. São apresentadas junto aos dados quantitativos recolhidos na presente pesquisa, que são postos em perspectiva – não em comparação - com dados recolhidos em outras pesquisas nacionais. A saber, são trabalhados: a Família (EASTON; DENNIS; et al, 1969; FUKS, 2011, 2012; FUKS; BATISTA, 2010; HYMAN,

1959; JENNINGS, NIEMI,1974; NIEMI,1974, SCHMIDT, 2000)); Escola (ARAÚJO, 2009; BAR-TAL, HAREL, 2002; EHAM, 1980; FUKS, 2011, 2012; FUKS e BATISTA, 2010;JENNINGS, NIEMI, 1974; NAZZARI, 2005;; RIBEIRO, FARIA, 2004; ZORZI, 2016); Meios de comunicação e internet (ANDERSON, MCCABE, 2012; BRAGA, TADRA, 2013; BARROS, MARTINS, 2016; FREITAS, 2012; MOELLER, VRESSE; 2013; MORAIS, 2017; PALETZ, OWEN e COOK, 2012; ROBALLO, 2011; SCHMIDT, 2000RIBEIRO, 2011;); Grupo de Pares (ANDERSON, MCCABE, 2012; JENNINGS; NIEMI,1974; MORAIS, 2017; MOELLER; VRESSE; 2013; NIEMI,1974; PALETZ, OWEN e COOK, 2012;). Ao fim do capítulo são apresentados dados referentes as pesquisas nacionais.

O terceiro capítulo segue com a análise de um estudo de caso, buscando na fala do jovem entrevistado a sua percepção, presença e ação das agências de socialização apresentadas no capítulo anterior. Nele, são avaliados o papel das agências de socialização, estabelecendo as congruências com os estudos apresentados.

Ao fim, apresento algumas considerações sobre este trabalho em debate com a literatura sobre socialização política.

CAPÍTULO 1

A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Ao propor uma dissertação sobre o papel dos atores, instituições e experiências no processo de socialização política de jovens, se mostra necessário a apresentação de discussões pertinentes aos conceitos de Socialização e Socialização Política. Para tal, neste capítulo serão apresentados a discussão presente na bibliografia percorrida referente a estes conceitos.

A seguir serão apresentados a visão clássica e mais contemporânea destes conceitos, com uma maior ênfase no conceito de socialização política, o qual terá um maior desenvolvimento também quanto a como as críticas referentes ao conceito de socialização política e sua relação com a cultura política e jovens. Ao fim será apresentado uma justificativa para o Projeto Parlamento Jovem ser visto como parte do processo de socialização política.

1.1 O conceito de socialização

Ao falarmos do processo de socialização não há a pretensão de percorrer toda a ampla discussão sobre este fenômeno social, mas apenas fazer uma breve apresentação de alguns paradigmas da área da socialização perpassando por alguns dos autores que influenciaram o estudo deste processo, que irão ter influência direta e indiretamente a ideia de socialização política.

As discussões referentes ao conceito de socialização e as problemáticas referentes ao fenômeno que ele buscar abarcar é tradicionalmente e amplamente discutido no campo da sociologia, apesar de se observar nos estudos recentes uma tímida discussão quanto as particularidades desse processo nas formas atuais de interação social. (SETTON, 2005). Dentre os autores clássicos que se destacam na discussão sobre o conceito de socialização estão Durkheim em seus escritos sobre a educação do início do século XX, George Mead entre as décadas de 30 e 50 do século XX, seguidos por Peter Berger e Thomas Luckman na década de 1960,

Bourdieu nas décadas de 1970 e 1980, com a sua teoria de habitus⁸ seguidos por Larihe e Dubet. Os paradigmas dominantes nesta área ainda nos dias atuais estão em boa parte presentes nos trabalhos de Durkheim, Berger e Luckman.

O tema de socialização está desde Durkheim no cerne da discussão da relação entre agentes e instituições sociais⁹, e é a busca da coerência de propostas entre estas instâncias que regem escritos mais recentes que também servem de referências sobre o processo de socialização.

A discussão referente a socialização está diretamente ligada ao papel da educação na sociedade. Para Durkheim (1978) a educação se consiste em uma socialização metódica das novas gerações, e segundo este autor, a educação é uma

[...] ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social: tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 1978, p. 41)

Ainda segundo Durkheim, “(...) a sociedade se encontra, a cada nova geração, como que diante de uma tabula rasa, sobre a qual é preciso construir quase tudo de novo” (DURKHEIM, 1978, p. 42). Partindo do pressuposto que o ser social é construído através das relações sociais, o indivíduo socializado é assim o produto de influência múltiplas da sociedade, e o objetivo da socialização é a manutenção do consenso que torna possível a vida social (BELLONI, 2007).

Para Durkheim (1978), os indivíduos não deveriam ser vistos como possuindo instintos e desejos humanos regulados naturalmente e sim, diante uma educação bem-sucedida, o indivíduo seria um ser social identificado com os valores societários. A educação familiar e escolar não teria apenas um valor instrumental quanto a aquisição de aprendizados úteis e objetivos para a vida do indivíduos. A escola laica inclusive, para este autor, seria um grande veículo educativo, meio pelo qual seriam transmitidas um conjunto de normas e referências formadoras de uma consciência e de uma personalidade moral e ética, conforme o esperado pela sociedade em que

⁸ Ver: Setton (2002) e Belloni (2007).

⁹ A clássica discussão da sociologia entre agência e estrutura presentes nos trabalhos dos autores citados não serão abarcados neste trabalho, nos restringindo a discussão referente apenas ao processo de socialização em si.

vive. Para Durkheim, o processo de socialização e de interiorização de regras de comportamento moral exerceriam uma influência total na personalidade do indivíduo.

Segundo Belloni (2007), no contexto da passagem do século 19 ao século 20, a concepção de Durkheim se explica pela busca de compreender o caráter conflituoso da sociedade industrial “e pelo forte desejo de conceber a educação como meio de resolver os conflitos, desenvolvendo a consciência coletiva, num contexto novo de crescente individualismo” (BELLONI, 2007, p.52). A função da socialização seria assim, em qualquer sociedade, desenvolver a consciência coletiva que torna o consenso possível.

Até os dias de hoje, as contribuições de Durkheim para se pensar o processo de socialização são paradigmáticas e podem ser observadas na contribuição de outros autores que estudaram o mesmo tema.

É possível identificar em grande parte das abordagens culturais e funcionalistas da socialização a acentuações das características essenciais da formação dos indivíduos que Durkheim se atenta, já que a entendem como a incorporação de maneiras de um grupo e a interiorização de valores, normas e disposições sociais que fazem do indivíduo um ser socialmente identificável.

Sob uma perspectiva diferente da de Durkheim, segundo Belloci (2007) a tradição sociológica interacionista norte-americana buscou compreender os processos de construção do ser social a partir do ponto de vista do indivíduo. Assim, Mead propunha no início do século XX uma teoria que conciliava sociologia e psicologia, abrindo o campo a problemática da identidade individual. A socialização para este autor se torna o processo de constituição do ser social, de construção da identidade pessoal, *do self*¹⁰, no contato com o outro e não mais apenas a interiorização e transmissão da cultura. O elemento mais importante é a compreensão do processo de socialização como construção da identidade que ocorre na interação, o que implica o reconhecimento social do personagem que se constrói, a consideração do outro e a incorporação de papéis sociais que significam a aprendizagem de modelos (BELLOCI, 2007).

Numa obra dos anos 1960, *A construção social da realidade*, Thomas Luckmann e Peter Berger (1983) propõem a integração das abordagens de Durkheim e Mead (BELLOCI, 2007). Os autores retomam a análise do fenômeno de

¹⁰ O *self* é definido através das relações com os outros significativos, o que permite que a identidade possa emergir e mudar com o passar do tempo.

socialização, no qual se aprofundam e acrescentam uma distinção entre socialização primária e socialização secundária. Outros autores já haviam chamado a atenção para diferentes momentos do processo de socialização, mas são Berger e Luckman que conceituam teoricamente a distinção entre os dois momentos.

Segundo Setton:

A primeira, segundo os autores, define-se pela imersão da criança em um mundo social no qual vive não como um universo possível entre todos, mas como o mundo, o único mundo existente e concebível, o mundo *tout court*. Essa imersão se faz a partir de um conhecimento de base que serve de referência para que ela consiga objetivar o mundo exterior, ordená-lo por intermédio da linguagem, bem como refletir e projetar ações passadas e futuras. É a incorporação desse saber de base *na* e *com* a aprendizagem primária da linguagem – oral e escrita – que constitui o processo fundamental da socialização primária, pois assegura a posse subjetiva de um eu e de um mundo exterior (cf. Berger e Luckmann, 1983, pp. 173-190; Dubar, 2000, p. 98).

Para esses autores, os saberes básicos incorporados pelas crianças dependerão não somente das relações entre a família e o universo escolar, mas de sua própria relação com os adultos responsáveis pela socialização. No entanto, o interesse essencial desse livro reside na tentativa de construir uma teoria operatória da socialização secundária, aqui definida como a “interiorização de submundos institucionais especializados” e/ou a “aquisição de saberes específicos e de papéis direta ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho”. Seriam saberes vistos como maquinarias conceituais que compreendem um vocabulário, um programa formalizado, um verdadeiro universo simbólico veiculando uma nova concepção de mundo, que, ao contrário dos saberes de base da socialização primária, são definidos e constituídos em referência a um campo especializado de atividades, adquiridos sobretudo nas instituições escolares. Para os autores, contudo, a coerência entre saberes de base e saberes especializados não responde a uma dinâmica única (cf. Berger e Luckmann, 1983, pp. 173-190; Dubar, 2000, p. 99). A linearidade ou a complementariedade entre os saberes não estariam garantidas. Ao contrário, estariam sujeitas a uma série de fatores conjunturais da história biográfica e da trajetória social dos indivíduos (SETTON, 2005, p. 340).

Poderia ser dito que a leitura de Luckmann e Berger avançam assim na reflexão que fazem sobre o processo de socialização em relação as concepções anteriores. Segundo Setton (2005), esta abordagem permite que se entenda a socialização a partir da perspectiva da mudança social, e não apenas a partir da reprodução da ordem ou da total identificação entre o indivíduo e a sociedade em que vive, tal qual Durkheim pregava.

Ao enfatizar a diferença entre o aprendizado que ocorre nas instituições escolares e profissionais, esta teoria abre a possibilidade na qual vejamos a mudança social como um processo de transformação de uma identidade adquirida na socialização primária. As instituições da socialização não poderiam mais assim

ser vistas como integradas e complementares, mas mediante certa autonomia elas contribuiriam para mundos diferenciados. Os padrões normativos das instituições primárias e secundários assim, *poderiam provocar uma série de conflitos identitários, pois explicitariam lógicas de atuação e concepções de mundo muito distintas* (Dubar, 2000, p.101 apud SETTON, 2005, p.341). Berger e Luckmann elaboram uma concepção dinâmica de ator, sujeito a processos de socialização múltiplos e contraditórios, nunca acabados, porque inacabáveis, e se desenvolvendo ao longo de toda a vida, e não apenas na infância. Os autores chamam a atenção para o caráter dinâmico e não determinado da socialização, e para as possibilidades de transformações identitárias ao longo da existência humana (BELLOCI, 2007).

Apesar das contribuições inegáveis para discussão da socialização de Berger e Luckmann em relação a visão clássica, é importante destacar que, apesar de ainda serem procedentes suas contribuições, elas são datadas de um período específico, baseados na realidade social de uma determinada época do século XX, a década de 1960.

Apesar de suas contribuições teóricas serem relevantes, desde então outras instâncias socializadoras passam a ocupar papel significativo na formação das identidades sociais dos indivíduos contemporâneos. A sociedade contemporânea possui uma nova ordem sociocultural, e maior presença de referências identitárias, tal qual as mudanças no modo de sociabilidade, principalmente graças ao avanço tecnológico.

Ao dissertar sobre a socialização contemporânea Setton (2005), traz as contribuições de autores como François Dubet e Bernard Lahire. Para a autora, Dubet defende, em meio a suas críticas a teorias sociológicas clássicas, que não existe uma socialização total, pois sua experiência se inscreve em registros múltiplos e não congruentes. O indivíduo assim, chamado de ator pelo ator, não é redutível aos seus papéis ou interesses.

O indivíduo não adere totalmente a nenhum de seus papéis, que têm como tarefa articular lógicas de ação, que o ligam a cada uma das dimensões de um sistema. O ator é obrigado a combinar lógicas de ação diferentes e é a dinâmica gerada por essa atividade que constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade (cf. Id, p. 105-107 apud SETTON, 2005, p.344).

Um outro autor evocado por Setton (2005) que chama a atenção para a heterogeneidade de experiências socializadoras é Bernard Lahire. Para este autor, o

que vivemos nas instituições socializadoras familiar, escolar, de pares, etc., não é somado de maneira simples. Estas experiências podem não ser sistematicamente coerentes, homogêneas e compatíveis, ainda mais em uma época na qual cada vez mais precocemente temos contatos com diferentes universos além do familiar em nossas vidas. As múltiplas instituições culturais com quem ou em que a criança ou jovem são levados a conviver apresentam situações heterogêneas, por vezes concorrentes e até mesmo contraditória. Assim, a interiorização dos esquemas de ação que serão incorporados pelos indivíduos dependem da coerência dos princípios de socialização que estão inseridos.

A contemporaneidade faz com que o indivíduo não ocupe posições semelhantes em todos os espaços, vivendo variadas experiências – inclusive contraditórias – cada vez mais precocemente. Assim, um ator plural é produto de experiências de socialização em contextos sociais múltiplos, pertencendo simultaneamente a universos sociais variados no curso de sua trajetória de socialização (SETTON, 2005).

Com isso, segundo Setton (2005), Lahire e Dubet observam um afastamento gradual, mas contínuo, entre a coerência das práticas dos atores e os espaços institucionais em que circulam (SETTON, 2005, p.345). Com a multiplicação e a diversificação dos universos de referências sociais e identitárias compartilhados, o que se observa é uma tendência à articulação e à negociação constante entre valores e referências institucionais diferenciados e as biografias dos sujeitos (SETTON, 2005, p.346) não mais presa apenas a experiências próximas no tempo e no espaço, transmitidas pelos agentes tradicionais de educação.

É importante salientar que a socialização assim não se trata de um processo homogêneo e massificado, será sempre apropriado pelos indivíduos e experimentado de formas singulares condicionados por questões sociais e às trajetórias individuais e dos grupos a que pertencem.

Apesar das diferentes interpretações de diferentes linhas teóricas, todas corroboram com a ideia de que, apesar de diferentes formas pelas quais o processo ocorre nas instituições e através dos agentes envolvidos, o indivíduo é constituído e formado com uma direta influência das relações sociais e culturais nas quais estão inseridos e em suas experiências vividas.

Assim, este trabalho parte da ideia de que a socialização é algo em constante construção, por vezes contraditórios e com diferentes pesos de diferentes agentes dependendo da trajetória de vida de cada indivíduo.

A discussão sobre socialização feita por autores clássicos da sociologia, no qual são incorporadas as normas, crenças sociais, papéis e identidades sociais, também trazem como parte constituinte destas crenças, atitudes e identidades tidas como políticas. A socialização política que, apesar de ter influência de teorias da socialização, surge como campo próprio de estudo será discutida especificamente no próximo tópico.

1.2 Socialização Política

O conceito de Socialização política é desenvolvido e sedimentado por estudiosos das áreas de ciências política e da psicologia no século XX. Os estudos de socialização política buscam responder algumas questões referentes ao processo pelo qual os indivíduos incorporam certos valores, atitudes e crenças, partindo do pressuposto das teorias de socialização nas quais as atitudes dos indivíduos são incorporadas através das relações sociais, experiências e meio social do qual faz parte.

Nos estudos mais recentes o uso do conceito de socialização política não possui maiores variações quanto a seu significado, interpretado como o “processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (SCHMIDT, 2000, p.56). As discussões sobre o conceito não se referem a sua definição e sim ao fenômeno que este conceito busca abarcar.

Schmidt (2000) e Casalecchi (2012) identificaram o quão genérico este conceito de socialização política pode ser: “ao tentar explicar tudo, acaba que não explica nada” (CASALECCHI, 2012, p.7). Assim, as pesquisas de socialização só fazem sentido ao buscarem enquadrar o conceito nas condições específicas em que ele ocorre, identificando os agentes que promovem a socialização e os estágios da vida que a socialização acontece de maneira mais significativa.

Por ser um conceito aceito na literatura sem maiores distinções nas obras, os principais agentes de socialização envolvidos neste processo e seus papéis são os alvos da presente pesquisa.

Cabe aqui analisarmos o desenvolvimento do conceito socialização política historicamente para uma melhor compreensão das questões discutidas e apresentadas nesta área de estudo e na atual pesquisa.

Sears e Levy (2003 apud CASTRO, 2009), em artigo recente, interpretam o volume de pesquisas sobre socialização política da época em que a área emerge - início da segunda metade do século XX, na América do Norte, em um ambiente influenciado por questões originadas pela Segunda Guerra Mundial - como a tentativa de cientistas sociais de tradição liberal de prevenir males políticos tais como, o etnocentrismo, a opressão das maiorias e o genocídio, “*por meio de melhores experiências de socialização*” (CASTRO, 2009, p.60, grifo meu). Estas pesquisas tendo como objetivo investigar as origens das motivações e dos comportamentos políticos

A obra que inaugura este campo de estudo é de Herbert Hyman (1959). Mas na década seguinte, Easton, Dennis, Hess (1969) aplicam uma pesquisa de larga escala, na qual mostram que 85% dos estudantes da 8ª série escolar já estabeleceram algum tipo de identificação partidária entre democratas e republicanos. Estes autores destacam que é necessária uma teoria política da socialização política que vincula a socialização política com a manutenção do sistema político. Tal perspectiva é voltada para as consequências da socialização política para o sistema político como um todo. Utiliza o conceito de socialização política focalizada nos indivíduos e em como internalizam valores, normas e crenças, sob a concepção de que as orientações políticas transmitidas na infância. A infância seria a etapa decisiva para a constituição de atitudes políticas dos indivíduos (MORAIS, 2017).

Esses autores tornaram-se referência na área dos estudos de socialização e disseminaram a ideia de que a infância e os primeiros anos da adolescência se configuravam como o tempo cognitivo apropriado para o desenvolvimento das habilidades e percepções políticas que acompanhariam estes indivíduos durante toda a idade adulta. Estes estudos são marcados pela análise de socialização infantil e influência da família. (CASALECCHI, 2012; MORAIS, 2017; SCHMIDT, 2000)

Siqueira (2013) ressalta as críticas que a teoria clássica sofreu durante a década de 1970. Para alguns autores, a teoria clássica se limitou a entender aspectos socializadores somente da infância, isso por ser fortemente influenciada pelo freudismo nas décadas anteriores. Detectaram que, em consequência dessa

priorização, ocorreu uma lacuna do entendimento de como ocorre a socialização política.

Paralelamente a estes estudos norte-americanos, surgem algumas pesquisas na Europa, trabalhos que utilizam o argumento de que a socialização é um processo permanente e que trouxeram outra percepção para os estudos sobre a socialização política (ROBALLO, 2011). Tal perspectiva ganhou mais relevância com as obras de Jennings e Niemi (1974) e uma coletânea de Sigel (1989).

Ainda na década de 1970 uma nova etapa dos estudos de socialização política com maior preocupação em estudos referentes ao processo em jovens e adultos se inicia e ganha corpo. Dentre as pesquisas, ganha destaque as de autoria de M. Kent Jennings e Richard Niemi, publicadas no ano de 1974. Dentre os resultados inovadores que a obra traz, o mais relevante para este trabalho é o de que a família não é necessariamente a agência socializadora mais decisiva. Assim, “quando o meio familiar oferece condições desfavoráveis nos aspectos econômicos e socioculturais, a escola pode exercer a principal influência sobre a identificação política dos indivíduos” (Ferreira e Sousa, 1996, p. 135 apud SCHMIDT, 2000, p.60).

Na década seguinte, a publicação coletiva organizada por Roberta Sigel (1989), já apresenta uma reflexão com base no postulado de que a socialização, inclusive a política, é um processo constante, resultante do conjunto das experiências vivenciadas pelo indivíduo, da infância até o final da vida. A socialização é tida por essa autora como um processo interativo entre a dimensão individual e social e caracterizada tanto por mudanças como por continuidade. Ressalta a importância do impacto de processos e eventos históricos, sem desconsiderar a singularidade de cada indivíduo (SCHMIDT, 2000).

Para Schmidt (2000) algumas das pesquisas sobre socialização política realizadas no Brasil (Baquero, 1997; Ferreira e Sousa, 1996; Nazzari, 1992; Souza, 1983) estão sintonizadas com essa perspectiva. Estes trabalhos mantêm a vigência da proposição formulada por Peter Berger e Thomas Luckmann de “socialização primária” e “socialização secundária”¹¹.

Ao que vimos, dentre os primeiros estudos dos estudos norte-americanos, até meados dos anos 1970, a família era considerada a principal agência de socialização política. A partir de então a influência da família é relativizada e outras

¹¹ A família teria sua importância fundamental na socialização primária e outros agentes e experiências na socialização secundária.

agências passam a ter um peso maior para explicar a formação e transmissão de atitudes, orientações e informações políticas. A partir da década de 1980 a mídia junta-se a família e a escola como instância de grande peso na socialização, e posteriormente, nos anos 2000, a internet assume também um papel como outra agência de socialização e de socialização política (ANDERSON; MCCABE, 2012; MOELLER, VRESSE; 2013; PALETZ; OWEN e COOK, 2012).

Os estudos nacionais sobre socialização política no Brasil destacam a socialização infantil como essencial mas também outras agências e as experiências cotidianas, principalmente a cultura política ¹² vivenciada. (BAQUERO, 1997; BAQUERO e BAQUERO, 2007; NAZZARI, 2005; ROBALLO, 2011; SCHMIDT, 2000; SILVEIRA e AMORIM, 2005; entre outras).

Segundo Nazzari (2005) a socialização política se direciona para a finalidade de conduzir os jovens a adquirirem comportamentos e atitudes politicamente relevantes. Para Moraes (2017), alinhada a linha teórica destas pesquisas supracitadas, a socialização política é o processo de transmissão de valores e expectativas da cultura política existente na sociedade. Sob uma visão crítica desta leitura Castro (2009) ressalta que a ênfase do conceito permanece nas aptidões que devem aparecer no final deste processo, correspondendo ao funcionamento do sistema político.

As pesquisas internacionais e nacionais da área destacam as influências das principais agências de socialização, tal qual: a família, a escola, grupos de pares, a mídia, internet, entre outros. As demais agências adquirem relevância dependendo da trajetória individual, momento de vida e de circunstâncias sociais específicas dos indivíduos. O indivíduo socializado é visto assim como um produto das influências múltiplas da sociedade, e o objetivo da socialização, para parte grande parte destes estudos é a manutenção de um sistema político específico.

Como a socialização política é um processo que não segue um padrão universal (CASALECCHI, ;2012; SCHMIDT, 2000), pretende-se buscar a resposta de quais são e qual a influência destas agências socializadoras na vivência do grupo de jovens pesquisados, dando ênfase a família, escola, grupos de pares, mídia, internet e as experiências vividas por estes jovens.

¹²A relação entre cultura política e socialização política será abordada posteriormente.

A socialização política neste trabalho, assim, será vista como todo processo que gera a aquisição de conhecimento político objetivo e abstrato, crenças, atitude e/ou participação política por parte do indivíduo, que ocorre dentro de um sistema, mas não necessariamente com o objetivo de sua manutenção. Não se propõe uma forma de mensurar os resultados deste processo e sim uma dissertação e investigação quanto aos agentes de envolvidos nos casos dos jovens estudados e o papel das experiências políticas anteriores destes jovens.

1.3 Críticas a perspectiva da socialização política

A percepção do conceito de socialização política enquanto um processo de preparação do jovem para assumir um lugar e papel que se daria no futuro; o foco no resultado final desta preparação e a socialização política como modo de explicar o funcionamento e manutenção de sistemas políticos geram possíveis críticas que serão aqui apresentadas

Castro (2009) examina criticamente a atualidade de socialização política levando em conta o distanciamento do jovem em relação à política, criticando os estudos de socialização política sobre dois aspectos: a *perspectiva identitária* que caracteriza o modo de produção de subjetividade no processo de socialização, que pressupõe um sujeito que ‘amadurece’ para a atividade política e a delimitação entre o domínio público e o privado que o conceito de socialização pressupõe, ao circunscrever o domínio da ação da criança e do jovem ao privado, como não sendo e não podendo ser político, ou na melhor das hipóteses, sendo ainda é pré-político.

A crítica se dá principalmente aos primeiros trabalhos que trabalham o conceito de socialização política, tal como aparece nos estudos de Easton & Dennis e de Hyman, mas também naqueles mais recentes¹³ que se fundamentam na articulação da juventude e política pela via de um processo de formação, ao considerar a juventude como uma etapa preparatória para a vida política plena na idade adulta.

Para a autora estes estudos pressupõem-se em uma teoria da subjetividade juvenil como ainda “não pronta para o exercício pleno da vida cívica, ou ainda no

¹³ Ver: Baquero e Baquero (2007); Baquero (2003); Nazzari, (2005); Schmidt, (2000).

processo de desenvolver capacidades e atitudes que podem favorecer a experiência democrática ulterior” (CASTRO, 2009, p.480). Esta em parte se dá por estes estudos possuírem anseios da socialização política como um processo de preparação dos jovens frente a assumir e exercer a atividade política conforme os modos convencionais e estabelecidos pelas gerações anteriores. A sua participação política estaria condicionada a um processo de credenciamento, um processo de preparação ou habilitação que se faz necessário para que os jovens possam participar da atividade política. Deste modo são estipulados pontos de chegada e resultados, no caso, a formação de ‘adultos políticos’ com determinados perfis subjetivos (CASTRO, 2009).

A ênfase dada as orientações políticas transmitidas na infância que adquirem resistência à mudança, segundo Castro (2009) aparentam assegurar-se mais a estabilidade do sistema do que suas possibilidades de mudança, e principalmente maximizam os efeitos da transmissão geracional por se tratar de crianças. Os trabalhos iniciais do campo de Easton e Hess (1969) e Hyman (1959) dão uma importância fundamental às experiências que ocorrem na infância e juventude, vistas como momentos “altamente impressionáveis” (Sears & Levy, 2003, p. 62, apud CASTRO, 2009, p.482). Tais experiências, por ocorrerem nesse momento de vulnerabilidade psicológica, teriam um impacto mais profundo, fundamentais para determinar as atitudes do futuro adulto. Para Castro (2009) essas pesquisas colocavam a criança e o jovem como recipientes passivos dos estímulos ambientais e do que os adultos desejavam fazer deles.

A crítica de Castro (2009) se estende aos estudos brasileiros recentes sobre socialização política tais como: Baquero e Baquero (2007), Baquero (2003), Nazzari (2005), Schmidt (2000), Silveira e Amorim, (2005), que compreendem a condição juvenil como propícia à formação de valores, atitudes e consciência cidadã necessários à vida cívica. Apresenta assim uma visão crítica a perspectiva conservadora das teorias de socialização, ao enfatizarem a reprodução daquelas orientações e condutas políticas, nas crianças e nos jovens, que apenas os adultos podem reconhecer como válidas.

Em um viés diferente, mas também crítico aos trabalhos de socialização política, Machado (1979) argumenta que os estudos de socialização política enfatizam excessivamente a estabilidade política, a reprodução social e o papel da

socialização política, desconsiderando possibilidades de formação de uma contracultura política por meio deste processo.

O poder explicativo do conceito de socialização política é algo que remete a uma série de discussões na literatura da área. Machado (1979) ainda chama a atenção para o fato do conceito de socialização política poder ser tido como um “conceito de tipo camaleão”, por nomear uma ampla área de estudo, além do fato de psicólogos e antropólogos¹⁴ e sociólogos haverem escritos muitas obras sobre o processo de socialização antes dos cientistas políticos se debruçarem sobre o tema e seus aspectos políticos.

A influência da psicologia, segundo o Machado (1979), fez com que os cientistas políticos darem um excessivo foco ao desenvolvimento da personalidade política dos indivíduos deixando de lado em muitas obras a associação entre aspectos individuais e os macropolíticos. Ao analisar criticamente o desenvolvimento do conceito de socialização política nos Estados Unidos até então, segundo este autor, a influência de teorias antropológicas e sociológicas de cultura e socialização sobre os estudos de socialização política trouxeram problemas sérios para este campo de estudo. Um perigo dos estudos orientados pelo viés da psicologia sobre a socialização política seria o de levar a uma “despolitização” da natureza deste processo. Ao passo que estes estudos se concentram na relação direta entre as agências de socialização e os indivíduos. O foco principal na família e na escola, faz com que este processo de socialização política acabe ficando isolado do contexto macropolítico no qual ele ocorre, tendo seus significados macropolíticos ignorados.

Mesmo os estudos de socialização do ponto de vista da cultura política, que não descuidaram das questões macropolíticas poderiam levar a uma despolitização parcial da percepção do processo de socialização política por três motivos: (1) Pelo fato de que a excessiva atenção ao estudo de crenças, valores políticos e atitudes compartilhadas pelos atores de determinados sistemas políticos pode resultar em uma subestimação do papel da coerção na explicação da ordem política. (2) É que a cultura política eventualmente pode ser resultado de um processo coercitivo de socialização política mediante a influência dos atores dominantes e de seus

¹⁴ Segundo este autor quanto mais indiferenciado e fechado o sistema, mais homogênea será sua cultura; quanto mais homogênea a cultura, mais bem-sucedido será o processo de socialização e, conseqüentemente, a reprodução do sistema. É por esta razão que as sociedades "primitivas", estudadas por antropólogos, constituem o campo ideal para um processo de socialização bem-sucedido.

ideólogos, exercido através dos aparelhos do Estado. Sendo necessário a distinção clara entre consenso espontâneo e organização ideológica do consentimento, algo que estes estudos não aparentam perceber por separarem a transmissão da cultura política do jogo de poder dentro dos sistemas políticos. O fato de nem todos os atores terem a mesma influência da criação da cultura política que será transmitida através da socialização política não é abarcada por estes trabalhos. (3) Devido a ênfase no consenso como base de estabilidade política, estes trabalhos focalizados na cultura política não percebem que mesmo nos casos que não se verifique um consenso espontâneo, quer um consentimento organizado, ainda assim o processo de socialização política pode desempenhar um papel político importante, pois ao reproduzir a fragmentação existente ele pode impedir a elaboração e articulação de uma contracultura política majoritária entre os membros dissidentes do sistema (MACHADO, p.7, 1979).

Para este autor algumas questões importantes sobre o processo de socialização política não foram formuladas pelo enfoque da cultura política. Questões referentes a relação entre cultura e socialização política de um lado e a distribuição de poder entre os atores de um sistema político de outro. Questões referentes a organização ideológica¹⁵ de um sistema ao seu modo de dominação existente nesse sistema.

Para Machado (1979), que propõe um modelo teórico que dá um papel específico ao processo de socialização política, a abordagem do processo de socialização deve ser feita do ponto de vista macropolítico da ideologia, só assim estes estudos poderiam corrigir a “despolitização” supracitada. Ao tratar do tema da dominação nos sistemas políticos, levando em conta a ideologia como um “recurso de poder” utilizado por atores dominantes e dominados no sistema esta forma de percepção seria possível “repolitizar” a percepção do processo de socialização política, visto como um processo em que os temas da ideologia dominante são passados de geração em geração, e sobretudo dos atores dominantes do sistema para os atores dominados.

Assim, a relação que se estabelece entre a ideologia e a legitimação da dominação deveria ser o foco da análise do processo de socialização política, evidenciando os que, para o autor, são os dois papéis políticos centrais neste

¹⁵ O autor utiliza o conceito de ideologia inspirado na concepção marxista de ideologia.

processo: a reprodução da ideologia dominante e a reprodução da dominação que aquela ideologia tenta legitimar. Segundo esta crítica o estudo do poder não pode deixar de ser o alvo dos cientistas políticos, de modo que o estudo sobre o processo de socialização política está neste processo de disputa de poder interno a um sistema e de sua legitimação.

O autor parte de alguns pressupostos para defender esta crítica a diferentes abordagens sobre a socialização política e defender seu modelo teórico: a escassez de posições de mando e a competição por elas; a suposição que os atores com acesso a estas posições de mando tentarão consolidar um arranjo político, um sistema político, se bem consolidado as bases permanentes que garanta-as tais posições; a suposição que em determinadas situações os atores do sistema sobre os quais se estabelece a dominação podem representar uma ameaça aos atores dominantes, havendo um esforço dos atores dominantes a criação de uma racional legitimação do regime que assegura a dominação, a ideologia política dos atores dominantes; Em quarto e último lugar, supõe-se que os atores dominantes do sistema tentarão disseminar sua ideologia política entre todos os atores relevantes do sistema, isto é, eles tentarão influenciar o processo de socialização política, o processo de ensino/aprendizado de política (MACHADO, 1979).

Assim, dependendo dos arranjos políticos, dos conflitos sociais, políticos e econômicos e do sucesso dos atores dominantes em transformar a sua ideologia em ideologia dominantes, a socialização política para o autor pode se dar para a reprodução da ideologia dominante ou mesmo para a reprodução de ideologias conflitantes, podendo ameaçar a reprodução da dominação, ao invés de ajudar.

Entretanto, para o autor, diante de condições de conflito ideológico, o processo de socialização política tende a parar de reproduzir a ideologia política dos atores dominantes do sistema. Neste caso, os atores dominantes, diretamente ou através do governo, tentarão controlar e reorientar as agências de socialização, principalmente aquelas nas quais possuem mais poder de manipulação¹⁶, tal qual os meios de comunicação e o sistema educacional. Essa manipulação das agências de socialização é incapaz de superar a crise de legitimidade da dominação

¹⁶ Segundo Machado a manipulação das agências de socialização pelos atores dominantes varia muito de acordo com a própria natureza das agências: a família e as agências informais de socialização são mais dificilmente atingidas do que os meios de comunicação de massa e o sistema educacional.

Segundo esta perspectiva, os estudos sobre socialização política devem abandonar as expectativas geradas por behavioristas extremados, não sendo possível ser o alvo de pesquisas sobre socialização política descobrir a origem de cada comportamento político dos atores de um sistema diante de assuntos políticos. O papel do processo de socialização política é relacionado apenas com o problema da legitimação da dominação, e não com a explicação do que quer que aconteça em sistemas políticos (MACHADO, 1979).

Para sustentar isso, Machado levanta questões referentes a pesquisas de socialização política, tais quais as referentes a identificação partidária realizada em jovens americanos de Easton, Dennis e Hess (1969). Para o autor, a reprodução do sistema partidário, mais precisamente do bipartidarismo vigente, entre o partido democrata e o republicano, demonstra o sucesso do processo de socialização política nos Estados Unidos. Este sucesso, inclusive, dificultaria a identificação com outros partidos de feição ideológica diferente.

Nesta percepção, imaginar que estudos de socialização política de crianças e adolescentes possam permitir a compressão de tudo o que acontece na vida política de adultos em um sistema é uma posição teoricamente insustentável e empiricamente irrealizável. O que realmente é importante é a compreensão do processo nos quais os requisitos mais importantes para a persistência sistêmica e a reprodução da dominação são aceitos ou não por cada geração.

Para o autor uma teoria política da socialização política não visa explicar os comportamentos políticos dos atores de um sistema, e sim o processo através do qual eles aprendem a aceitar e apoiar os limites dentro dos quais os seus comportamentos políticos se realizam.

Logo, como a reprodução da dominação em nenhum sistema político se dá apenas na reprodução da legitimação ideológica, sendo necessários arranjos políticos e legais, fundamentos econômicos, um aparato repressivo, etc., a socialização política desempenharia assim um papel modesto na questão mais ampla e complexa da reprodução sistêmica. O papel desempenhado pelo processo de socialização política não deve assim ser superestimado, tal qual ocorre em algumas pesquisas.

Machado (1979) levanta interessantes questões referentes a aspectos do nível superestrutural da dominação, e uma rica proposta de teoria política do processo de socialização política sob uma visão macropolítica. Uma das

consequências dessa visão é a não percepção de boa parte das pesquisas de socialização política quanto ao seu poder construir uma visão ideológica conflitante, não observando assim este poder de transformações e supervalorizando sua importância e poder de explicação sistêmica.

A relação da socialização política com questões macropolíticas são melhores abarcadas nos estudos referentes a cultura política, que serão apresentadas a seguir.

1.4 Relação com a cultura política

A socialização política e a cultura política são campos de investigação estreitamente vinculados, já que a maior parte dos estudos da socialização política se refere ao processo de aquisição e formação de atitudes e orientações políticas, e estes são vistas sob a luz de uma concepção de uma percepção de cultura política. A socialização política pode ser entendida como referente ao processo de absorção da cultura política de uma determinada sociedade.

A dimensão cultural na política é tratada desde os primórdios de seu aparecimento com Platão, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville, Marx e Weber¹⁷ entre outros autores clássicos que ressaltam o papel de aspectos culturais nos fenômenos políticos e nos sistemas políticos.

Schmidt (2000) chama a atenção, tem uma relação direta com sistemas políticos, visando responder até onde a cultura política pode gerar uma maior estabilidade ou instabilidade em um sistema político, ou mesmo possibilitar a mudança ou a implementação de determinados sistemas. As respostas são diversas, entre as quais ela poderia ser vista como causa da estabilidade ou mudança, assim como uma variável insignificante.¹⁸

O presente trabalho não pretende explorar a cultura política na qual os jovens pesquisados estão inseridos, e sim o papel dos agentes no processo de socialização política que estão sujeitos e a sua relação com eles e experiências vividas. Mas é, devido ao elo entre estes campos de estudo válido uma breve reflexão sobre a relação entre eles.

¹⁷ Ver: Morais (2017); Schmidt (2000).

¹⁸ As questões a respeito do tema cultura e política são muito mais abrangentes do que as abordadas neste trabalho.

O desenvolvimento dos estudos sobre cultura política e democracia, na Ciência Política moderna se dão a partir da década de 1960, com já sendo o alvo de estudos da ciência política nos estudos de política comparada (SCHMIDT, 2000). Segundo Morais (2017), no final da década de 1980, inicia-se uma produção de estudos da cultura política como instrumento analítico, analisando as crenças e valores dos grupos sociais. Esta perspectiva dá início a estudos sobre o comportamento político, colocando as crenças e os valores dos indivíduos como elementos indispensáveis para a tomada de decisão política (MORAIS, 2017).

A conceituação de cultura política como conjunto de atitudes e orientações políticas que os indivíduos possuem acerca do sistema político e de seu papel no sistema se torna clássica a partir da obra “The Civic Culture”, de Gabriel Almond e Sidney Verba, publicada em 1963. Os autores acreditam que a cultura política tem uma configuração nacional e o utilizam referente a atitudes em relação ao sistema político e a atitudes em relação ao próprio papel no sistema. O conceito de cultura política entendido como as atitudes e o comportamento que os sujeitos constroem no seu processo de socialização com relação à política ganha espaço na ciência política por meio deste estudo (MORAIS, 2017).

A preocupação central de Almond e Verba (1989) fora a de estudar os fatores que viabilizavam a democracia e o fracasso das tentativas democráticas nos países analisados. Dentre os pressupostos dos autores, a democracia possuiria dois requisitos básicos, instituições democráticas e cultura democrática. Inglaterra e Estados Unidos cumpririam estes requisitos, possuindo uma cultura política que se caracterizaria como uma cultura cívica. Este é o conceito central da obra, mas os autores estipulam outras tipologias possíveis de cultura política e subculturas, cada qual com suas características e as possíveis destes tipos de cultura definidos. A cultura cívica é a cultura apresentada como a compatível com o modelo liberal de democracia representativa. Apesar de outros estudos posteriores criticarem alguns pressupostos deste trabalho o conceito de cultura política proposta por eles é fecundo a área de estudo e seu trabalho e é tido uma referência.

Roballo (2011) cita que para Almond e Coleman há uma divisão relevante para explicar o processo de internalização dos valores da sociedade. Um primeiro tipo é conhecido como socialização latente e a segunda denomina-se socialização manifesta. Segundo Araújo (2009) o termo socialização latente indica que a transmissão se dá de maneira difusa e não programada, e não só recebe a

influência da família como também de outras instituições. Já a socialização manifesta designa aquela que ocorre de maneira explícita de orientações, de todas as esferas da sociedade. A socialização latente é mais frequente dentro da família, durante a infância, mas pode ocorrer em outras instituições e grupos sociais. A segunda forma, a manifesta, é uma transmissão explícita de orientações políticas, desempenhada pelas diversas agências de socialização presentes na sociedade. Na análise feita pelos autores, acredita-se “diminuir a taxa de socialização latente, à medida que o indivíduo cresce e amadurece” (ROBALLO, 2011, p.38). Para Morais (2017) a socialização latente ou manifesta é um dos três aspectos da socialização política destacado por este autor, as outras duas seriam, a socialização ser um processo constante de experiências que impactam nas atitudes políticas, que impactam mais na juventude, e o terceiro, que os padrões de socialização podem provocar unificações ou divisões na cultura política.

Muitas foram os direcionamentos que o campo de estudo da cultura política tomou, trazendo importantes conceitos tais quais: atitudes políticas e orientação política^{19 20}, eficácia política²¹ e capital social²² sofisticação política²³ assim como estudos referentes ao comportamento político. Cada qual destes conceitos possuem ricos debate e diferentes interpretações que não serão abarcados nesta pesquisa, mas que, em boa medida, estão ligados a um processo de aprendizado intergeracional, institucional e por meio de agentes de socialização do meio social, se constituindo e sendo transpassado em um processo de socialização política. Sendo assim possível, alguns dos conceitos desenvolvidos são formas de tentar mensurar aspectos subjetivos e atitudes presentes na vida política dos indivíduos e sociedades e sua relação com os sistemas políticos transpassados pelo processo de socialização política.

¹⁹ Segundo Schmidt (2000) são predisposições relativamente estáveis sobre determinados assuntos e as concepções envolvidas nestas predisposições os conteúdos das atitudes.

²⁰ Schmidt (2000) e Machado (1979) ressaltam a influência da área da psicologia social no campo de estudo da cultura política, origem dos conceitos de atitude política e orientação política.

²¹ Designa o sentimento do indivíduo de que é capaz de exercer influência política, de provocar efeitos no processo político. A correlação entre a participação e a eficácia política é uma das constatações mais importantes dos estudos de cultura política (Carole Pateman, 1992).

²² Refere-se ao grau de confiança interpessoal existente num determinado meio social.

²³ Um instrumento teórico que permite classificar os indivíduos conforme a importância atribuída, o conhecimento e o raciocínio abstrato na interpretação da vida política. Indivíduos politicamente sofisticados são os que apresentam estes quesitos em elevado grau. Não é a “causa” da participação mas torna o indivíduo mais propenso à participação ativa e a responder aos estímulos políticos.

Muitos dos estudos nacionais de socialização política utilizam o conceito de capital social, na esteira de Robert Putnam. Entre estes estudos se encontram Baquero (2003, 2007, 2009, 2011, 2014), Baquero e Gonzalez (2011), Nazarrri (2005), Schmidt (2000), Silveira e Amorin (2005), entre outros. O *capital social* compreende “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Putnam, 1996, p. 177 apud MORAIS, 2017, p.45), visto como um atributo da estrutura social, para além do indivíduo. O conceito de capital social ganha destaque com a obra de Putnam, *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, sobre a cultura cívica e o desenvolvimento regional da Itália. Esta obra traz para o debate a questão da influência do capital social para o desenvolvimento das sociedades, na medida em que “são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como, sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação” (Putnam, 2005, p.177 apud MORAIS, p. 47, 2017). Além das relações de confiança e reciprocidade, o capital social está ligado ao processo histórico e cultural, que condicionariam profundamente o desempenho das instituições, que por sua vez está relacionado a participação cívica. Segundo Putnam, uma comunidade cívica é caracterizada por intensa participação política e a participação política estaria fortemente ligada com o capital social e o desempenho das instituições. O conceito de capital social se refere assim a mecanismos que podem estabelecer mediações entre as relações sociais cotidianas e o campo da política (CASTRO, 2009).

Segundo esta perspectiva, um capital social elevado favoreceria a cooperação espontânea entre os cidadãos, e a confiança seria decisiva para a manutenção de relações cooperativas e de reciprocidade, sendo visto também como diretamente vinculado aos níveis de participação política²⁴. Segundo Schmidt (2000), estudos sobre o capital social em novas democracias demonstram que a socialização política é um fator importante para explicar a situação de pouca presença de confiança social, o que afetaria diretamente o capital social destas sociedades

Como dito anteriormente, muitos dos estudos de socialização política brasileiros estão diretamente vinculados a estudos e análise sobre a cultura política

²⁴ Mariano Torcal e José Montero (1998) em um estudo comparativo entre 12 países europeus constataram que quanto maior a presença de capital social em determinado país, maior a probabilidade de uso de mecanismos de participação convencional por parte dos seus cidadãos.

e a ligação da socialização política enquanto caminho para entender a cultura política e sua relação com o sistema político brasileiro utilizando do conceito de capital social (AMORIN, 2005; BAQUERO, 2003, 2007, 2009, 2011, 2014; BAQUERO, GONZALEZ, 2011; NAZZARI, 2005; SCHMIDT, 2000; SILVEIRA, 2005). A maior parte utilizando-se de pesquisas feitas através de surveys, nos quais destacam o papel da educação e a falha das agências de socialização²⁵ na transmissão de uma cultura democrática, uma falha assim na socialização política na produção de capital social. Estes trabalhos estão mais focalizados nos resultados finais que na socialização política e, segundo esta perspectiva, a falha das agências de socialização política e a herança de padrões culturalmente ao longo da trajetória histórica do país são um dos motivos para a inexistente participação política segundo esta perspectiva.

Esta discussão busca responder questões que apresentam riscos para as democracias modernas ao potencialmente enfraquecerem seu capital social, julgado como fundamental para a vida democrática. Para estes estudos é possível avaliar o potencial e as predisposições juvenis para o associacionismo, a cooperação e a solidariedade nas relações, a modo de dimensionar o quanto uma sociedade acumula de capital social (CASTRO, 2009).

Segundo Baquero (2003, 2007, 2011) no Brasil nota-se uma incongruência entre o apoio a democracia e a falta de confiança nas instituições políticas, observando-se pouca participação política, baixa identificação com os mecanismos tradicionais de representação, favorecendo assim uma apatia política²⁶. As atitudes e orientações políticas estariam ligados aos padrões culturalmente determinados através da construção sócio-histórica do país, e internalizados pelo processo de socialização política, segundo este autor, no caso brasileiro, isto dificulta a formação de uma cultura política democrática. Estes trabalhos elencam diversas características associadas pela literatura a traços psicossociais brasileiros que representariam vícios ao bom desempenho democrático.²⁷ Essas características compatibilizariam com o caráter autoritário da cultura política tradicional brasileira. A formação histórica da democracia brasileira seria assim altamente permeada por um

²⁵ Nazzari (2005), observa que o processo de socialização política de jovens do Paraná não estaria favorecendo bons níveis de confiança, cooperação e participação grupal nos jovens, predispondo-os a *desenvolverem* atitudes de apatia e indiferença.

²⁶ Para Baquero (2003) deve haver um investimento educacional na juventude referente a uma educação para a democracia.

²⁷ Dentre outros o paternalismo, o personalismo e o patrimonialismo.

clima de instabilidade institucional e de desconfiança cidadã. Os dados destes estudos nacionais supracitados sinalizam a presença de uma cultura política capaz de ter valores favoráveis à democracia simultaneamente com a falta de interesse na política e a existência de valores conservadores. Para Schmidt (2000) a redemocratização do Brasil trouxe algumas mudanças, configurando o que chama de “cultura política híbrida”²⁸

Sem ter a pretensão de entrar nesta discussão quanto a cultura política brasileira e seus pressupostos teóricos, o ponto é que a socialização política é vista como parte do processo de construção e reprodução dessa cultura política. A formação de cidadãos assertivos com alto nível de capital social contribuiria para a estabilidade da democracia e com a constituição de uma cultura política participativa. Acredita-se que a mudança na forma de socialização política, mediante maior presença de capital social nas sociedades possibilitaria uma mudança também na cultura política (BAQUERO, 2003; MORAIS, 2017; NAZZARI, 2005).

Para os autores que se debruçam sobre o tema a cultura política é um componente do sistema político, que ajuda a explicar tanto a sua estabilidade quanto as suas transformações e esta é transmitida através do processo de socialização política. Sob um pressuposto de que há uma causalidade recíproca entre cultura, economia e política, estas pesquisas buscam estabelecer estas relações e o papel da cultura política (SCHMIDT, 2000).

1.5 Socialização política para Jovens

Os jovens, como visto acima são os alvos principais dos estudos referentes a socialização política, principalmente dentre alguns dos estudos nacionais sobre o

²⁸ (i) Há um apoio difuso ao regime político democrático – os cidadãos têm demonstrado uma preferência majoritária pela democracia frente à ditadura ou outro regime político, bem como a rejeição à hipótese do retorno dos militares ao poder; (ii) o voto é valorizado como mecanismo de escolha dos dirigentes políticos; ocorre em função de uma infinidade de fatores; (iii) a confiança nos agentes e nas instituições políticas existentes é muito pequena, bem menor do que aquela em instituições sociais, como a família e a Igreja; (iv) prevalece entre os cidadãos uma visão negativa do Estado, ao mesmo tempo em que parece crescer a valorização da sociedade civil; (v) o sentimento de eficácia política, ou seja, a confiança na capacidade subjetiva de influenciar as decisões políticas, é bastante reduzida entre os cidadãos; (vi) o cidadão comum não se guia por orientações ideológicas, prevalecendo o pragmatismo e o personalismo por ocasião das escolhas eleitorais; (vii) há uma valorização genérica da participação política por parte dos cidadãos, mas mesmo entre os que lhe atribuem valor a efetiva participação em atividades e instituições políticas é pequena; (viii) há uma percepção crítica dos cidadãos em relação ao autoritarismo social, mas prevalece ainda a resignação e a impotência diante das relações hierárquicas do cotidiano (SCHMIDT, 2000, p. 167-68).

tema. O fato dos jovens não possuírem os direitos políticos plenos na maioria dos países modernos contribui para a que a juventude seja vista como uma preparação para as atividades políticas na vida adulta. Os estudos na área de psicologia e também da ciência política, tais quais apresentados anteriormente, têm os jovens como um foco de interesse enquanto seres possíveis de adotarem atitudes e condutas considerados importantes para a democracia. A ideia de que a juventude é uma etapa 'preparatória' e que o jovem não é um agente político 'completo' acaba sendo a dominante, vendo-os como atores pré-políticos, com o processo de desenvolvimento rumo ao perfil de uma identidade adulta almejada e nas habilidades e recursos subjetivos que devem aparecer no final do processo de socialização, correspondendo ao funcionamento da sociedade dos adultos e suas instituições (CASTRO, 2009).

Assim, o jovem não pode ser entendido simplesmente como um receptor de socialização política e também deve ser visto como um agente político. Como ator político o jovem tem o potencial de transformar as relações políticas e agir como influência positiva mesmo em direção a socialização política dos próprios pais e de outros colegas e indivíduos. Este papel que os filhos podem ter no processo de socialização política dos pais é algo tido como carente de pesquisas (CASTRO, 2009; SCHMIDT, 2000; ZORZI, 2016).

Nesse sentido, parece problemático observar a juventude apenas como etapa de preparação para a cidadania tendo em vista sua adequação ao sistema político vigente, pois esta visão potencialmente tira da juventude o papel de agente político. Por isto, este trabalho se alinha à perspectiva que compreende o jovem enquanto um agente político, e tal qual todos está em constante formação, mas um agente que pode atuar de diferentes formas, através da política institucional ou em formas não institucionalizadas.

1.6 Parlamento Jovem

Tal qual como um agente político, a participação em projetos com uma conotação política de participação e aquisição de conhecimento e valores políticos pode assim ser vista como constituindo o processo de socialização política que este indivíduo está inserido, tal qual qualquer outro em igual situação sofreria por meio desta experiência que proporciona troca de informações e aquisição de

conhecimento e valores políticos. E apesar de neste trabalho não nos debruçarmos sobre a influência do Projeto Parlamento Jovem, por não ser o objetivo, ele é tratado aqui enquanto uma experiência constituinte do processo de socialização política.

De acordo com a conceituação oficial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, “O Parlamento Jovem de Minas é um projeto de formação política destinado aos estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros, que cria para os jovens uma oportunidade de conhecer melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo Municipal e Estadual” (RP ALMG – PARLAMENTO JOVEM, 2016, s/p). Trabalhos destacam os efeitos positivos do Projeto Parlamento Jovem na socialização política através de mudança na percepção e confiança das instituições políticas, do intenso fluxo de conhecimento recebido na experiência e o maior conhecimento do funcionamento das instituições legislativas (BARROS; MARTINS, 2015, CASALECCHI; GONÇALVES 2013; FUKS; CASALECCHI, 2016).

Alguns são os trabalhos que versam sobre aspectos do formato do programa, sua gênese, o processo de constituição da parceria com a PUC Minas, seu desenvolvimento e o seu caráter pedagógico (AVELLAR; GARCIA, et al., 2012; CANEDO; PAOLUCCI et al, 2012; CARVALHO, 2009; CASTRO; DUARTE; KELLES, 2012; EUCLYDES; FELIPPE, 2012; KELLES; MARQUES, 2010; MEDEIROS, 2012a). E avaliam qual a eficácia do processo de educação política proposto pelo Parlamento Jovem para o exercício da cidadania para o aprimorando da cultura democrática e autonomia dos jovens (MEDEIROS, 2012a; MENDES, 2012). A questão da motivação para a participação e dos valores de orientação pessoal e política também são alvos de reflexão (MEDEIROS, 2012b; MARQUES, 2010). E estudos sobre modo de vida dos jovens participantes, as relações sociais internas ao Parlamento, a construção da consciência democrática pelos métodos participativos do Projeto e as proposições apresentadas pelos Projetos de 2004 a 2008 enquanto resultado final institucional do projeto (ALVES, 2012; CUNHA, 2012, MARQUES, 2012c).

A mudança de percepções e atitudes políticas geradas pelo programa Parlamento Jovem é analisada em (FUKS, 2014; SILVA, 2013; SIQUEIRA, 2013) apresentando resultados nos quais não se pode assegurar que o Parlamento Jovem influenciou, aparentemente, as atitudes políticas de seus participantes ou suas mudanças de percepções. A análise desenvolvida demonstra que outras agências de socialização, como a família e a escolar, são importantes na formação de atitudes

políticas resistentes. Fuks (2014) chama a atenção para o fato do Parlamento Jovem poder gerar efeitos tardios em seus participantes por ser uma instância socializadora em si.

Apesar de não serem constatadas mudanças nas atitudes políticas direta dos seus participantes em alguns estudos, o Parlamento exerce uma influência sobre aspectos distintos do comportamento político: o de participação, a busca por maiores informações políticas, acréscimo no conhecimento político e o incentivando a autonomia e cidadania nos jovens participantes (BARROS; MARTINS, 2016; CASALECCHI, 2012; COSSON, 2009; FUKS, 2011; GONÇALVES, 2012; MARQUES e MEDEIROS, 2012), ao passo que os problemas no processo de transmissão de conhecimento político pelo projeto é tratado por (SAMPAIO; SIQUEIRA, 2013).

Dentre os efeitos positivos destaca-se os trabalhos nos quais o Parlamento Jovem gera uma mudança na percepção e confiança das instituições políticas graças ao intenso fluxo de conhecimento recebido na experiência e conhecimento do funcionamento das instituições legislativas, junto aos pressupostos democráticos e os valores institucionais do sistema político vigente (BARROS, MARTINS, 2015; CASALECCHI, GONÇALVES, 2013; FUKS, CASALECCHI, 2016).

Uma concordância destes trabalhos sobre o Parlamento Jovem reside no fato do Parlamento ser uma instância de socialização política. Dentro da amostra do presente trabalho, o Parlamento Jovem se constitui em mais uma experiência constituinte da socialização política significativa destes jovens, que apesar de não ser decisiva e de se carecer dados para se mensurar sua importância, não deixa de cumprir um significado enquanto uma experiência potencialmente marcando e acumuladora de conhecimentos político.

Os agentes de socialização presentes na literatura dos estudos referentes a socialização política de jovens serão apresentados no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2

AS AGÊNCIAS DE SOCIALIZAÇÃO

Dois espaços de socialização tradicionais que terão destaques no presente trabalho estão entre os mais abordados nos estudos clássicos da sociologia sobre a socialização²⁹ e socialização política³⁰, são eles: a família e a escola.

Ao que vimos na área de estudo da socialização política, até meados dos anos 70, a família era considerada a principal agência de socializadora. A partir da década de 70 a influência da família é relativizada e outras agências passam a ganhar um peso e foco maior na formação de atitudes e crenças políticas.

Alguns estudos destacam que a socialização política não um processo que segue um padrão universal³¹, logo a investigação propostas de buscar quais são as agências socializadoras envolvidas na socialização política dos jovens investigados, no momento histórico e contexto social do qual fazem parte junto a uma investigação sobre as experiências políticas vividas por estes jovens.

A família, a escola, os grupos de pares, os meios de comunicação e internet se destacam enquanto principais agências de socialização política. A seguir serão apresentadas algumas informações recolhidas sobre estes agentes e ambientes de socialização política dos jovens entrevistados junto a uma apresentação da discussão sobre as agências de socialização.

Dentre os trabalhos nacionais mais recentes sobre o processo de socialização política se destaca o de Mario Fuks, da UFMG, realizados a partir de uma pesquisa com jovens do ensino médio de Jovens participantes e não participantes do Parlamento de Jovem de Belo Horizonte no ano de 2008. O trabalho busca entender o processo mediante pelo qual os jovens se tornam cidadãos mais participativos e como ocorre a transmissão intergeracional de atitudes política.

Utilizando-se apenas de dados quantitativos Fuks (2011) busca responder como ocorre a dinâmica entre os diversos fatores que compõe os contextos socializadores e os mecanismos pelos quais eles geram efeitos sobre diferentes formas de participação dos jovens. O autor busca a delimitação de efeitos diretos,

²⁹ Setton (2005).

³⁰ Baquero (2003, 2007) e Nazzari (2003).

³¹ Casalecchi (2012) e Schmidt (2000).

indiretos e tardios destes fatores, dentre os quais também destaca o forte papel de atributos motivacionais individuais, como a busca por informação política.

Em outra obra valendo-se dos mesmos dados Fuks (2012) analisa o efeito o padrão de influência dos ambientes socializadores – escolar e familiar – sobre três dimensões do perfil político dos jovens: o conhecimento político, a participação política e as atitudes políticas. Como conclusão, chega que o ativismo e participação dos pais e o hábito de conversa em casa e com seus pares sobre política, junto ao o ambiente escolar tem influência direta sobre o conhecimento político dos jovens, com o tipo de escola possuindo um forte potencial explicativo.

Assim, a participação política é influenciada diretamente pela participação política dos pais e características individuais, como o hábito de se informar, a eficácia política subjetiva do indivíduo ser religioso. Neste caso, a dimensão familiar e escolar possui influência indireta. Nas atitudes políticas, as variáveis classe, tipo de escolas e religião são apontadas como as que mais influem os jovens quanto a suas atitudes políticas, medidas em forma de tolerância/intolerância a diferentes grupos e comportamentos.

Os dados quantitativos recolhidos não se compararam e nem mesmo tiveram o mesmo propósito do trabalho de Fuks (2010, 2011, 2012) ou outros trabalhos que serão citados, mas serão apresentados com um caráter descritivo enquanto são apresentados a forma pela qual os principais agentes relacionados a socialização política agem. O atual trabalho tem o objetivo de investigar o processo de socialização política no processo em si. Alguns pontos levantados nesta revisão teórica serão melhores investigados no estudo de caso, apresentado no capítulo seguinte.

2.1 Família

As teorias de socialização sempre deram a família o papel de ser a uma das principais agências de socialização, principalmente durante o período inicial da vida dos indivíduos. Nas discussões referentes a socialização política não é diferente, com a família assumindo o posto de principal agência socializadora em muitos trabalhos. A importância da família como ambientes definidores nesse processo e que as estruturas, fenômenos e processo ocorridos nestes ambientes tem influência

significativa no comportamento do jovem, tal qual ressalta as teorias clássicas é inegável.

Ao falarmos de família, estamos considerando tal qual Giddens (1998) define: “um grupo de pessoas diretamente ligadas por nexos de parentesco, cujos membros adultos assumem a responsabilidade do cuidado dos filhos” (p. 190). E apesar deste arranjo familiar passar por mudanças comparada a estrutura nuclear, tal qual a maior proporção de famílias monoparentais, o ganho de direitos das crianças, o aumento do número de divórcios e de segundas núpcias, a instituição familiar continua sendo a instituição mais confiável os pais continuam sendo referências fundamentais nas vidas dos jovens (SCHMIDT, 2000).

Ao falarmos do papel da família na socialização política, a discussão referente a ele acompanha o desenvolvimento do campo de estudo em si. No início do desenvolvimento da área de estudo da socialização política Hyman (1959) utilizando uma série de pesquisas empíricas realizadas nos Estados Unidos, conclui pela precocidade da formação das atitudes políticas, influenciados principalmente pelos aspectos familiares. Para este autor, a participação política, a orientação política e tendências democráticas e autoritárias teriam origem nos primeiros estágios de desenvolvimento da pessoa. O autor conclui que a identificação partidária é um padrão adulto estabelecido na fase infantil apesar das orientações ideológicas e autoritárias serem poucos definidas. Na década seguinte Easton e Dennis (1969) ao analisarem mais de doze mil crianças norte-americanas, concluem que é nos primeiros três anos de vida da criança que são estruturadas as atitudes acerca da autoridade que são constituídas antes mesmo do período escolar. Esses autores também afirmavam que as preferências partidárias eram o reflexo das opiniões dos pais, apontamentos que privilegiava a socialização política na infância como a mais decisiva para o indivíduo. Estes estudos acreditavam que a influência familiar é decisiva na formação política do indivíduo e na transmissão de atitudes políticas.

O processo familiar de transmissão de atitudes política em famílias nucleares, segundo Schmidt (2000), segue padrões identificados em pesquisas empíricas de Niemi (1974), Jennings e Niemi (1974). Segundo estes estudos os filhos das famílias nas quais as visões do pai e mãe convergem quanto as suas orientações políticas reproduzem mais facilmente esta orientação. Assim, a convergência entre os cônjuges em suas orientações políticas gera um aumento do reforço de um potencial socializador do casal sobre os filhos. A medida que, quando o casal diverge quanto a

suas orientações políticas, o potencial socializador dos pais decresce, aumentando assim a potencial influência dos amigos, colegas e da mídia.

Segundo Schmidt (2000), para Niemi (1974) e Jennings e Niemi (1974) outros aspectos relevantes na transmissão de atitudes políticas no antro familiar é o nível de confiança, intimidade e o tempo que cada ator convive com os filhos, estes três aspectos influenciam no crescimento da transmissão e conseqüentemente do poder de socialização que estes agentes exercem. A medida que a confiança e intimidade entre os pais e os filhos aumentam, maior é a influência dos progenitores na socialização política. Os jovens que demonstravam ter baixa confiança e intimidade distanciavam-se dos pais em todos os aspectos, inclusive nos políticos. Um dado interessante e relevante para compreender o papel dos agentes envolvidos é a conclusão de que mãe é vista como uma agente de transmissão mais eficaz que o pai quando o nível de politização entre ambos é semelhante, devido a possivelmente a maior intimidade e confiança dado a mãe e ao maior tempo de convivência entre ambos. O tempo de convivência demonstra ser um fator correlato a este aspecto, já que, o maior tempo despendido na convivência com os filhos possivelmente gera maior intimidade e confiança, e logo as possibilidades de influenciar os filhos aumenta.

Alguns outros importantes aspectos referentes as transmissões de orientação política dos pais aos filhos, seu trabalho demonstra que a socialização política no âmbito familiar na sua maior parte não é intencional, e a socialização dos filhos acabam ocorrem em despeito dos próprios pais. Apesar de algumas opções partidárias serem transmitidas mais claramente, em sua maior parte, os pais americanos analisados não demonstravam ter conhecimento aprofundado as preferências de seus filhos e possuíam uma fraca base política para influenciá-los de forma intencional. As regras sociais básicas tais quais os respeitos as leis, o não extremismo e valores como a lealmente aos pais e país eram a maior preocupação de transmissão (JENNINGS, NIEMI, 1974).

Além disso, a transmissão de aprendizado por parte dos filhos cresce na presença de algumas características, dentre as quais inclui a “concretude” e “visibilidade”. Quanto mais concreto for o item de aprendizado, mais fácil é o processo de aprendizado. As orientações concretas são mais facilmente absorvidas pelos filhos que as orientações mais abstratas. Assim como a visibilidade são mais fáceis dos pais transmitirem seus significados para os filhos, ao passo que muitos

eventos do mundo político não são visíveis a primeiro momento, dificultando a transmissão de seus significados para os adolescentes por parte dos pais.

Um outro fator relevante levantado por este trabalho é que, a influência dos pais cresce na medida em que as suas orientações são reforçadas por outros agentes de socialização, quando os pais, professores e amigos têm orientações convergentes. Quando esta conversão ocorre, o poder de influência dos pais aumenta, ao passo que, a medida que novos valores são introduzidos por amigos, a influência paterna diminui.

Em estudos nacionais recentes Fuks e Batista (2010) e Fuks (2011, 2012) reforçam a ideia da importância do contexto familiar, demonstrando que a participação política dos pais possui um efeito direto sobre a atitude participativa dos jovens e que o nível de socioeconômico e de politização do contexto familiar possui um efeito indireto. Assim, a participação dos pais em atividades de cunho político exerceria uma influência no processo de socialização política do jovem, tal qual o ambiente e nível de troca de informações políticas do ambiente familiar.

Ao serem questionados sobre quais atividades ou organizações que sabiam que os pais ou responsáveis participavam ou já participaram, os jovens entrevistados responderam da seguinte forma:

Tabela 1: Questão 23: Assinale a(s) alternativa(s) contendo a(s) atividade(s) ou organizações de que tem conhecimento que seus pais ou responsáveis já participaram ou participam.

Não tenho conhecimento	35,00%
Grupo de igreja	43,33%
Protestos de rua	20,00%
Sindicato	5,00%
Associação de bairro	15,00%
Greves	13,30%
Partido político	1,60%
Movimento estudantil na juventude	8,33%
ONG	3,33%
Trabalho voluntário	16,67%
Projeto social	11,67%

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de não acharmos dados comparativos devido a diferenças de metodologia e do alto nível de respondentes que não tinham conhecimento, é interessante observarmos um índice consideravelmente baixo de participação referente a atividades políticas

Em seu trabalho Fuks destaca que a escolaridade e o engajamento político dos pais têm sido apontado como os elementos decisivos na formação do perfil político do jovem (Hillygus, 2005; Jennings; Stoker; Bowers, 1999; Jennings, 2000; Verba; Schlozman; Burns, 2005; Verba; Schlozman; Burns, 2003 apud FUKS, 2011; Zukin et al., 2006), segundo a atual pesquisa, a formação política do jovem é interpretada como sendo constituinte da socialização política, estes seriam indícios de fatores familiares relevantes. Na atual pesquisa, alguns dados referentes aos aspectos da escolaridade e nível socioeconômicos dos responsáveis pelos jovens foram recolhidos.

Quanto ao nível de escolaridade dos pais dos respondentes:

Tabela 2: Questão 8: Qual o nível de escolaridade do seu pai?

Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental	3,33%
Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental	20,00%
Ensino Médio	31,67%
Ensino Superior	13,33%
Especialização	10,00%
Mestrado ou Doutorado	5,00%
Não sei	16,67%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

A maior parte dos jovens participantes do projeto, 54%, possuem pais com uma escolaridade igual ou inferior ao Ensino Médio, ao passo que 28,33% dos pais possuem ao menos o ensino superior completo. Estes números podem ter significativa alteração já que 16,6% dos jovens não souberam responder o nível de escolaridade do pai.

Tabela 3: Questão 9: Qual o nível de escolaridade da sua mãe?

Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental	5,00%
Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental	15,00%
Ensino Médio	35,00%
Ensino Superior	20,00%
Especialização	6,67%
Mestrado ou Doutorado	10,00%
Não sei	8,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria..

Quando ao nível de escolaridade da mãe:

Percebe-se uma diferença significativa a primeira tabela. As mães dos jovens pesquisados possuem uma maior escolaridade comparado aos pais, com 36,67% possuindo ao menos o ensino superior completo, apesar de 50% possuírem escolaridade igual ou inferior ao ensino médio. A taxa de jovens que não souberam responder caem para 8,3%.

Em ambos os casos os níveis de escolaridades dos pais em média possuem um grau mais elevado que a média da população brasileira, que, segundo dados do IBGE³² e da OECD³³ apenas 13% a 14% dos brasileiros possuem os anos de estudo suficiente para possuírem nível superior completo. Apesar de não serem dados recolhidos da mesma forma, podemos, para nível de reflexão, considerar uma significativa diferença entre os dados nacionais e ambas as tabelas acima. Nas tabelas apresentadas o nível de escolaridade estes valores mais do que dobram, com 28,3% dos pais possuindo ao menos o nível superior completo e 35,67% das mães, mantendo a já tradicional maior nível de escolaridade feminino.

Estes dados são significativos já que, segundo Fuks (2012), a escolaridade dos pais e a situação socioeconômica familiar influenciam de forma indireta a transmissão de atitudes participativas para os filhos e direta o ambiente familiar,

³² Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.

³³ Fonte: Education at a Glance 2016: OECD Indicators – relatório online.

sendo assim relevante no processo de socialização política que estes jovens sofrerão.

Quanto a renda familiar dos entrevistados, os seguintes dados foram recolhidos:

Figura 4: Questão 10: A renda familiar, somando o rendimento de todas as pessoas que moram com você, é de aproximadamente?

-	1,67%
Até um salário mínimo (R\$880,00)	10,00%
De 1 a 3 salários mínimos (R\$880,00 a R\$2.640,00)	36,67%
De 3 a 6 salários mínimos (R\$2.640,00 a R\$ 5.280,00)	18,33%
De 6 a 9 salários mínimos (R\$ 5.280,00 a R\$ 7.920,00)	15,00%
De 9 a 12 salários mínimos (R\$ 7.920,00 a R\$ 10.560,00)	5,00%
Acima de 12 salários mínimos (acima de R\$ 10.856,00)	13,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria..

Segundo dados do Data Folha 2013³⁴, 66% das famílias brasileiras possuem rendas somadas de até R\$ 2.034,00, 16% de R\$2.034,00 a R\$ 3.390,00 e apenas 15% das famílias brasileiras possuem uma renda cima de R\$3.390. Destes 15% do topo da tabela, apenas 5% faz famílias possuem renda de R\$ 6.780,00 e 1% acima de R\$13.560,00. Os dados recolhidos não são válidos para uma comparação direta aos do Data Folha, mas é cabível que, diante da sua sobreposição, possamos concluir que a renda familiar dos jovens pesquisados estão acima dos da realidade brasileira. Destacando que, 33,33% dos jovens responderam possuir uma renda familiar acima de R\$5.280,00, e destes, 13,33% responderam possuir uma renda familiar acima de R\$10.856,00.

O ambiente familiar segundo os autores supracitados são influentes, e para Fuks (2011, 2012) os pais mais escolarizados e com maior poder econômico tendem

³⁴ Datafolha/nov.2013.

a ser mais participativos e a levarem um maior nível de informação política para o ambiente familiar, criando um ambiente de maior difusão de aquisição de informação política, e conseqüentemente influenciando o processo socialização política.

Para buscar dados referentes ao ambiente familiar foram feitas três afirmações dentre as quais os jovens tinham a opção de marcar o nível de concordância ou discordância. As perguntas foram referente a conversas sobre política fazerem parte do cotidiano da família e aos jovens se sentirem incentivados a se posicionarem politicamente pelos familiares e pelos familiares e amigos.

Quanto a conversas sobre política fazerem parte do cotidiano da casa em que vivem:

Tabela 5: Questão 26.10: Conversas sobre política faz parte do cotidiano de minha casa

-	3,33%
Discordo Plenamente	10,00%
Discordo Parcialmente	6,67%
Indiferente	18,33%
Concordo Parcialmente	25,00%
Concordo Plenamente	36,67%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Um número significativo de concordância a afirmação “Conversas sobre política faz parte do cotidiano de minha casa” foram constatados (61,67%), destes, 36,67% concordam plenamente. Indicando que em uma parcela significativo dos respondentes estão em um ambiente familiar onde são discutidos assuntos políticos cotidianamente, indicando um ambiente rico de transmissão de informação política.

Ao responderem referente a afirmação de que se sentem incentivado a se posicionar politicamente pelos familiares temos os seguintes dados:

Tabela 6: Questão 26.16: Eu me sinto incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pelos meus familiares.

Discordo Plenamente	18,33%
Discordo Parcialmente	13,33%
Indiferente	20,00%
Concordo Parcialmente	28,33%
Concordo Plenamente	20,00%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Entre os jovens que responderam concordar com a afirmação 20% concordaram plenamente e 28,33% parcialmente, enquanto 18,33% discordam plenamente e 13,33% discordam parcialmente. Ao todo 20% responderam se sentir indiferente e 48,33% concordaram em maior ou menor grau com a afirmação.

Tal qual as teorias de socialização e socialização destacam, é inegável a influência da família no processo de socialização dos indivíduos e conseqüentemente no de socialização política. Não podemos pressupor pelos dados que um ambiente onde temáticas políticas estejam presentes no cotidiano de conversas necessariamente se convertem em um sentimento de incentivo a participação a atividades cívicas e políticas por parte dos jovens, mas podemos inferir que há uma grande transmissão de informação política direta e indireta a estes jovens em seus ambientes familiar e um número significativo destes se sentem incentivados a participar de atividades de cunho cívico e político por seus familiares.

Assim como também podemos constatar que os jovens respondentes possuem um ambiente familiar com maior nível de escolaridade e de renda do a população dos jovens brasileiros de forma geral, com conversas referentes a política, o que indicaria características relevantes quando ao ambiente de socialização política que se dá de forma direta e indireta por parte de características dos pais (FUKS, 2011; 2012) e de forma consciente e inconsciente (JENNINGS; NIEMI,1974; NIEMI,1974).

2.2 Escola

A escola tem um papel relevante na socialização política dos indivíduos por ser uma agência socializadora em si. A estrutura transpassa a seus integrantes valores políticos, seja dentro da sala de aula na convivência entre os alunos seja na relação com o professor; ou exterior a ela, diante da dependência, organização, recursos oferecidos, normas da escola e relação com os cargos de decisão dentro do contexto escolar. Desta forma, o tipo de experiências vividos dentro do ambiente escolar e os recursos disponíveis neste ambiente aparecem como sendo diretamente influente para a socialização de um jovem (FUKS e BATISTA, 2010; FUKS, 2011, 2012; ZORZI, 2016). Além disso, diversos autores (BAQUERO, 2003, 2011; EHMAN, 1980; NAZZARI, 2005; ZORZI, 2016) destacarem a importância da educação institucional para o aprendizado de valores políticos.

Na obra que fora um marco para a abertura da importância de novos agentes de socialização política, Jennings e Niemi (1974) constataram que a família não é necessariamente a agência socializadora mais decisiva a medida em que as experiências vividas no ambiente escolar podem se sobrepor a socialização política familiar mediante a um baixo nível de confiança e intimidade entre pais e filhos. Assim, “quando o meio familiar oferece condições desfavoráveis nos aspectos econômicos e socioculturais, a escola pode exercer a principal influência sobre a identificação política dos indivíduos” (Ferreira e Sousa, 1996 apud SCHMIDT, 2000, p.135).

Alguns autores também têm chamado a atenção para as escolas que o jovem frequenta. Eles têm apontado a escola como sendo parte dos elementos decisivos na formação do perfil político do jovem (ANDOLINA et al., 2003; ICHILOV, 2007; NIEMI e CHAPMAN, 1998 apud FUKS, 2011). Em um contexto nacional, Fuks e Batista (2010) demonstram ser a escola o principal transmissor de conhecimento político para jovens de Belo Horizonte. Segundo estes autores, em suas pesquisas se constatou que as escolas que forneciam maior acesso à informação formavam jovens mais preparados cognitivamente para lidar com o mundo da política. Neste caso, em sua amostra, as escolas públicas e privadas possuem diferentes níveis de recursos, nos quais as escolas privadas aparecem mais privilegiadas, incluindo espaço para grêmios e conselho de escola com representação estudantil.

Corroborado com os estudos de Fuks e Bastista (2010) e Fuks (2011, 2012) nas quais constata-se a influência do tipo de escola na socialização política, Zorzi (2016) analisa a diferenças de socialização política entre jovens de escolas públicas e privadas de Porto Alegre, chegando a conclusão semelhante. Este trabalho constata uma socialização política distinta nos diferentes ambientes, na qual os efeitos quanto a produção de eficácia política interna e de habilidades cívicas são maiores entre os alunos de escola privada.

Ao investigarmos quais tipos de escolar os respondentes da pesquisa presente frequentam, temos as seguintes respostas:

Tabela 7: Questão 16: Atualmente você estuda em uma escola.

Particular	51,67%
Pública	48,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se o número de alunos de escolas privadas. 51,67% da amostra investigada são estudos oriundos da rede particular de ensino³⁵

Ao investigar a trajetória escolar destes jovens, constata-se que, em sua maioria, percorreram todo seu processo educacional em escolas privadas (40%) ou maior parte do tempo em escola privada com ou sem bolsa (10%), como a tabela a seguir demonstra:

³⁵ O Projeto Parlamento Jovem, de acordo com diretrizes no município participante, possui diferentes formas de seleção de escolas participantes. O número de escolas privadas faz com que o campo amostral selecionado possuísse este viés.

Tabela 8: Questão 17: Onde você frequentou o Ensino Fundamental?

Todo em escola pública	36,67%
Maior parte em escola pública	8,33%
Todo em escola particular	40,00%
Maior parte em escola particular	5,00%
Todo em escola particular com bolsa	5,00%
Maior parte em escola particular com bolsa	5,00%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Nos trabalhos anteriores mencionados (FUKS, 2011, 2012; ZORZI, 2016) algo importante é que não são a escola ser da rede particular ou pública em si o fator decisivo para os resultados destas pesquisas, e sim o fato das escolas particulares disporem de maiores recursos, tais quais mecanismos de participação e maior discussão política. Estes recursos e ambiente que seriam os fatores decisivos para contribuir em maior peso para a socialização política dos jovens. Ehamn (1980) também chama a atenção para a influência do ambiente escolar na criação de atitudes políticas em seus estudos, destacando fatores tais quais: o clima em sala de aula, a organização escolar e a participação dos estudantes em atividades escolares.

Para investigar questões referentes aos recursos e clima do ambiente escolar, foram perguntados aos jovens sobre a presença do grêmio estudantil, se a escola é um ambiente para se discutir política e se estes jovens se sentem incentivados a participarem de atividades cívicas ou políticas pela escola que estudaram e estudam.

Quanto a presença do grêmio estudantil, temos que:

Tabela 9: Questão 18: A escola em que estuda possui grêmio estudantil?

-	1,67%
Sim	15,00%
Não	83,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

A maior parte dos jovens (83,33%) responderam não haver agremiações estudantis nas escolas em que estudam. Apesar deste número, em outras questões referentes a atividades que já participaram, 48,33%³⁶ dos jovens responderam já terem sido representantes de turma em suas escolas.

Apesar do baixo número de agremiações estudantis, quando perguntados se concordam com a afirmação de que a escola é um espaço para discutir política, temos os seguintes dados:

Tabela 10: Questão 26.13: A escola é um espaço para discutir política

Discordo Plenamente	5,00%
Discordo Parcialmente	8,33%
Indiferente	6,67%
Concordo Parcialmente	31,67%
Concordo Plenamente	48,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria

O nível de concordância chega a 80%, destes 48,33% concordam plenamente com a afirmação, apesar de 13% discordarem. Estes dados demonstram uma inclinação para que o ambiente escolar seja um ambiente de discussão política.

³⁶ Os dados constam na tabela apresentada na figura 20 do trabalho.

Ao tentar medir para além da opinião dos jovens quanto a discussões políticas, se eles se sentem incentivados a participar de atividades cívicas e políticas pela(s) escola(s) em que estudam/estudaram, temos que:

Tabela 11: Questão 26.17: Eu me sinto incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pela(s) escola(s) em que estudo/estudei

Discordo Plenamente	5,00%
Discordo Parcialmente	3,33%
Indiferente	10,00%
Concordo Parcialmente	38,33%
Concordo Plenamente	43,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte; Elaboração própria.

Ao todo 81,66% concordam com a afirmação, destes 43,33% concordam plenamente. Este alto número pode ser devido ao fato dos estudantes estarem participando de um projeto vinculado a escola, mas demonstram que, independente disto, se sentem incentivados pela escola que estudam e estudaram a participarem de atividades cívicas e políticas.

Ehman (1980) defende que atitudes e valores políticas, assim como a atitude referente a participação política tem influência do meio escolar e dos agentes envolvidos, tais quais o professor e funcionários. A importância dos agentes de socialização dentro do ambiente escolar é investigado e comprovado em uma obra israelense (BAR-TAL; HAREL, 2002). No Brasil, a importância dos agentes de socialização estão presente em aqueles que tratam sobre a luz da cultura política (ARAÚJO, 2009; RIBEIRO; FARIA, 2004). Nestas obras o professor assume um papel central, tido como o principal agente socializador dentro da instituição escola.

Ao buscarmos a influência do professor(es), quanto aos respondentes participarem de projetos políticos, os seguintes dados foram recolhidos:

Tabela 12: Questão 26.17: Eu sou/fui influenciado por professor(es) quanto a participar de projetos políticos

Discordo Plenamente	23,33%
Discordo Parcialmente	3,33%
Indiferente	13,33%
Concordo Parcialmente	26,67%
Concordo Plenamente	33,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Os estudantes que foram ou são influenciados a participarem de projetos políticos pelos seus professores somados chegam a 60%, ao passo que os que discordam chega a 26,66%. Dentre os que concordam, 33,33% concordam plenamente com a afirmação de que foram ou são influenciados por professores quando a participar de projetos políticos.

Em síntese, a amostra investigada – constituída por um público em que pouco mais da metade são alunos de escolas privadas, e apesar possuem mecanismos como agremiações estudantis – tem um número significativo de participações enquanto representantes de turma. E marca a opinião da maior parte desta amostra a crença que a escola é um ambiente para se discutir política e que se sentem incentivados a participarem de atividades políticas e cívicas tanto pela escola quanto pelos professores, corroborando com o papel desta agência socializadora.

2.3 Meios de comunicação e internet

Ao decorrer do século XX os meios de comunicação em massa se tornam um fenômeno sem precedentes na história da sociedade humana, com o desenvolvimento de tecnológicos nas quais são usados como ferramentas e plataformas de transmissões de informações e discursos políticos, tais quais o rádio, a televisão e mais recentemente, uma com maior nível de interatividade, a internet.

Segundo Schmidt (2000) a mídia eletrônica altera o processo tradicional de socialização, sendo incorporada nos estudos como uma agência socializadora

revelante na segunda metade do século passado, inicialmente nos Estados Unidos e na Europa e posteriormente nos países periféricos.

Segundo Strasburger (1999) a maioria das investigações sobre o a televisão na vida dos adolescentes americanos obteve resultado conclusivo sobre seu efetivo nas atitudes e comportamentos dos adolescentes, sobretudo um efeito prejudicial. A televisão aparece assim como uma nova agência socializadora uma vez que, segundo este estudo, os adolescentes americanos passavam a maior parte do tempo em que estão acordados diante da televisão.

A influência dos novos meios de comunicação, em especial os efeitos da internet na socialização política são discutidos por estudos que entre outras questões busca entender qual a influência da internet na socialização política de jovens. Estas pesquisas defendem a ideia de que a internet é um novo agente socializador, com maior influência que as demais meios de comunicação (ANDERSON; MCCABE, 2012; MOELLER; VREESE, 2013; MORAIS, 2017; PALETZ; OWEN; COOK, 2012; ROBALLO, 2011).

Anderson e McCabe (2012) apontam que existem poucos estudos sobre a internet no contexto de socialização dos jovens, apesar de suas características que diferem dos outros meios de comunicação, entre elas a interatividade e anonimato. Apesar dos agentes de socialização tradicional estarem presentes na vida dos jovens, a internet faz com que ao invés dos jovens participarem de um mundo já estruturado, no qual estes seriam socializados, eles participem de um mundo que está sendo construindo, que possibilita que estes jovens se auto socializem. Dentre as novas características deste processo de socialização que ocorre através da internet, destacam que acontece predominantemente com outros jovens, já que poucos pais e professores participam deste universo digital. Outras características destacas são as interações não terem limites geográficos e o fato da internet permitir um anonimato por parte do usuário, permitindo que se diga o que se pensa sem correr o risco de um julgamento pessoal caso esteja no anonimato. A liberdade pela qual a internet é interpretada pelos jovens é também mencionada, assim como a possibilidade dela aumentar a rede de contatos e informações adquiridas sobre qualquer assunto. O avanço tecnológico de informação e comunicação podem, na visão destes autores ser poderosos indutores de atitudes e comportamento dos jovens, inclusive políticos.

Moeller e Vreese (2013) também afirmam que os meios de comunicação, em especial a televisão e a internet, têm um impacto significativo na vida e no desenvolvimento político dos adolescentes europeus, visto que estes gastam em média oito horas por dia usando esta mídia. Os meios de comunicação, dentre eles a internet, assim, possuem um impacto no desenvolvimento político dos jovens. Ao passarem tanto tempo em contato com estes meios de comunicação, potencialmente estes jovens aprendem e se familiarizam-se com os eventos e atores políticos da arena nacional e internacional, sendo introduzido a avaliações diferentes sobre política. Assim, para estes autores, aqueles jovens que se utilizam da internet como uma ferramenta de informação conseguem através dela importantes ingredientes do processo de socialização política. Na atualidade processo de socialização política está ocorrendo em meio a circunstâncias que, para os jovens europeus, a internet seria o mecanismo central da socialização através de causas de natureza social e política de seu interesse com outros indivíduos e grupos que nunca haviam tido contato anteriormente, constituindo uma oportunidade no aumento da participação política dos jovens. A socialização política pela internet é vista assim como podendo ser positiva (ANDERSON; MCCABE, 2012; PALETZ; OWEN; COOK, 2012), mas também pode ser negativa³⁷.

Estas pesquisas mais recentes destacam a internet como atividade na qual o jovem atualmente passa a maior parte de seu tempo e a presença da internet na vida dos brasileiros³⁸ já é uma realidade, principalmente entre os jovens³⁹. Ao responderem qual das atividades abaixo ocupa a maior parte do seu tempo, temos os seguintes dados

³⁷ Lynch (2015) ao falar das manifestações árabes, trabalha com o lado negativo, de que a internet é capaz de produzir comportamentos contrários ao interesse comum e ao bem-estar de uma população

³⁸ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNUD) de 2013, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 49,4% da população utilizam a internet. E o uso entre os mais jovens é maior, sendo que entre 15 e 17 anos 75,7% acessam a internet, entre 18 e 19 anos são 73,8%

³⁹ A saber, a interação com a internet através do uso das redes sociais dos participantes do Parlamento Jovem, o uso de informação política e o compartilhamento de opiniões políticas nas redes sociais, a divulgação em portais informativos enquanto fontes de informação, assim como seu potencial de induzir a participação relacionados ao Parlamento Jovem também são alvos de investigação (BARROS; MARTINS, 2016; BRAGA; TADRA, 2013; FREITAS, 2012; RIBEIRO, 2011).

Tabela 13: Questão 20: Qual das atividades abaixo ocupa a maior parte do seu tempo?

TV	26,60%
Igreja	16,60%
Teatro	3,33%
Cinema	5,00%
Música	26,60%
Leitura	16,60%
Internet	58,33%
Esportes	13,33%

Fonte: Elaboração própria.

Os dados⁴⁰ destacam a internet como principal atividade que ocupa a maior parte do seu tempo da maior parte dos jovens (58%), seguido por TV (26,6%), Música (26,6%), Leitura (16,6%) e Igreja (16,6%). Os meios de comunicação se mantêm presentes na vida dos jovens, com um grande destaque para a internet.

Quanto especificamente ao terreno da socialização política, tal qual os dados acima mostram, segundo o universo pesquisado, a televisão não é o meio de comunicação mais relevante, e sim a internet.

A presença da internet como principal meio de informação e fonte de informação política é confirmada novamente pelos dados abaixo, recolhidos mediante a pergunta de qual era o meio que o jovem mais utiliza para se manter informado:

⁴⁰ Percentual referente a amostra.

Tabela 14: Questão 21: Qual meio que você mais utiliza para se manter informado?

Jornal Escrito	3,33%
TV aberta	13,33%
TV fechada (paga)	8,33%
Rádio	1,66%
Revistas	3,33%
Internet – redes sociais	60,00%
Internet – portais de notícias	33,33%

Fonte: Elaboração própria.

Ao serem questionados sobre o principal meio de acesso a informação política especificamente:

Tabela 15: Questão 22: O seu principal meio de acesso a informações políticas especificamente é.

TV aberta	23,33%
TV paga	15,00%
Internet em casa	63,00%
Internet fora de casa	1,66%
Jornais escritos e Revistas	10,00%
Familiares	13,33%
Amigos	1,20%
Escola	1,80%

Fonte: Elaboração própria.

Tanto como fonte de informação como quanto a fonte de informação política a internet se destaca como o principal meio de acesso para os jovens entrevistados.

Segundo Morais (2017), os jovens do sul do Brasil indicaram a família como primeira instituição mais importante para formar opinião sobre assuntos políticos (em média 40%) e a internet como segunda instituição (em média 25%), substituindo a escola como segunda agência socializadora. Mediante a constatação da internet como um novo agente de socialização, para esta autora “a socialização política dos jovens está acontecendo de forma híbrida, pois mistura o mecanismo tradicional de socialização, através da internalização de valores intergeracionais com os agentes tradicionais e o mecanismo tecnológico” (MORAIS, 2017, p.73). Esta mesma pesquisa indica que estes ficam conectados em média 9 horas por dia na internet, porém, apenas 22% destes jovens comentam e apenas 18% compartilham postagens políticas. Segundo estes dados os jovens socializam mais na internet com os pais, amigos e professores sobre os assuntos políticos, demonstrando que, a internet e as redes sociais não eliminam os demais agentes socializadores (MORAIS, 2017).

Outros estudos, tais quais os de Paletz, Owen e Cook (2012) destacam o poder da internet na socialização política por conta da grande quantidade de informações disponíveis e pelo envolvimento das pessoas nas plataformas online. As informações transmitidas por este meio não só é obtida, como pode ser respondida nos sites, blogs e fóruns de notícia. Além disso, a internet pode ser usada para ativismo político e participação em processos políticos como campanha eleitorais. Segundo estes autores, a internet é utilizada pelos jovens para desenvolverem suas identidades políticas e aprenderem sobre diferentes candidatos e partidos, adquirirem informações sobre problemas e eventos políticos, assim como para criarem comunidades de interesse para causas e ativismo político. A internet possibilita aos jovens assumirem comportamentos e causas de natureza social e política de seu interesse, constituindo-se em uma oportunidade no aumento da participação política dos jovens (MOELLER; VRESSE; 2013; PALETZ; OWEN; COOK, 2012).

Essas atividades contribuiriam assim para a socialização de indivíduos engajados, que estariam mediante uma exposição mais ampla aos conteúdos políticos quando comparado as gerações anteriores, oportunizando a participação política online e podendo contribuir para uma maior sensibilização quanto aos temas e ações políticas e cívicas (PALETZ; OWEN; COOK, 2012). O papel da exposição a informação e da busca pela informação política para a transmissão de atitudes

políticas e conhecimento político é também encontrado em pesquisas nacionais (BARROS; MARTINS, 2016; BRAGA; TADRA, 2013; FREITAS, 2012; FUKS, 2012; MORAIS 2017; RIBEIRO, 2011).

Na presente pesquisa, poucos foram os dados quantitativos recolhidos sobre a internet, dentre eles a afirmação “a internet é um espaço para discutir política” foi apresentada aos jovens pesquisados com os seguintes resultados:

Tabela 16: Questão 26.12: A internet é um espaço para discutir política

-	1,67%
Discordo Plenamente	8,33%
Discordo Parcialmente	8,33%
Indiferente	8,33%
Concordo Parcialmente	28,33%
Concordo Plenamente	45,00%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

A percepção da internet enquanto um espaço de discussão política se dá em 73,33% dos casos, dentre os quais 45% concorda plenamente com a afirmação. Isso demonstra um indicativo que, apesar de não termos dado da maneira na qual eles usam, enxergam este espaço enquanto um espaço de arena e troca de informações políticas.

2.4 Grupo de pares

Grupos profissionais exercem uma influência nas teorias de socialização clássicas avaliadas, assim como podem influenciar na socialização política de adultos, pressupõe-se que, ao passo que os jovens estudados já conseguem estabelecer uma relação mais complexa com o mundo político, os grupos de pares e a forma com a qual este lidam com a política podem assim exercer uma influência no processo de socialização destes jovens.

Segundo Niemi (1974), Jennings e Niemi (1974) a medida em que diminui a influência dos pais sob os filhos aumenta a influência dos amigos, colegas e da mídia. Ainda de acordo com Jennings e Niemi (1974) quando os valores e orientação políticas dos amigos são parecidos aos dos pais eles reforçam o potencial socializador destes primeiros agentes do meio familiar, mas quando são diferentes, podem diminuir a influência familiar.

Estudos mais recentes, principalmente os que tem a internet como espaço de socialização política, chamam atenção para a influência dos amigos e da troca de informações políticas com outros jovens. (ANDERSON; MCCABE, 2012; MOELLER; VRESSE; 2013; MORAIS, 2017; PALETZ; OWEN; COOK, 2012)

Na amostra aqui analisada, temos alguns dados referentes a como estes jovens percebem a relação política com os amigos. Inquiridos quanto a conversas sobre política fazerem parte das conversas cotidianas entres seus amigos temos que:

Tabela 17: Questão 26.11: Conversas sobre política faz parte do cotidiano entre meus amigos

Discordo Plenamente	15,00%
Discordo Parcialmente	16,67%
Indiferente	18,33%
Concordo Parcialmente	26,67%
Concordo Plenamente	23,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

O nível de concordância chega a 50%, com 23,33% destes concordando plenamente, enquanto o nível de discordância chega a 31,67%, com 15% discordando plenamente. Podemos constatar que em um número significativo destes jovens a conversa sobre política faz parte do cotidiano de seus amigos.

Ao averiguar se estão constantemente em meio a discussões políticas temos os seguintes dados:

Tabela 18: Questão 26.14: Estou constantes em meio a discussões políticas

Discordo Plenamente	11,67%
Discordo Parcialmente	15,00%
Indiferente	23,33%
Concordo Parcialmente	20,00%
Concordo Plenamente	30,00%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Um número similar de jovens (50%) concorda em maior ou menor grau com esta afirmação, com um pequeno aumento do número dos que concordam plenamente e uma leve queda do número dos discordantes. Podemos dizer assim que, boa parte destes jovens se encontram em meio a discussões políticas constantemente.

Buscando informações quanto aos jovens se sentirem incentivados pelos seus amigos a se posicionarem politicamente, temos:

Tabela 19: Questão 25.15: Eu me sinto incentivado a me posicionar politicamente pelos meus amigos

Discordo Plenamente	21,67%
Discordo Parcialmente	16,67%
Indiferente	18,33%
Concordo Parcialmente	20,00%
Concordo Plenamente	23,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Dos jovens respondentes 43% responderam concordar em maior ou menor grau a afirmação, dentre os quais 23,33% responderam concordar plenamente com a afirmação. A taxa de jovens que discordam chega a 38,34%, dentre os quais 21,67% discorda plenamente.

Dentro da amostra podemos constatar assim um indicativo de que a maior parte destes jovens se percebem frequentemente em meio a discussões políticas e que as discussões políticas fazem parte do cotidiano das conversas com seus amigos. Ao passo que, quanto a se sentirem incentivados a se posicionar politicamente pelos amigos, o número dos que concordam e discordam com a afirmação é próximo.

2.5 Experiências políticas

Uma hipótese inicial do trabalho era a de que experiências anteriores de participação constituiriam uma trajetória participativa na maior parte da amostra. Assim como Fuks (2012) demonstrou que a participação políticas dos pais pode influenciar diretamente nas transmissões de atitudes participativa para os filhos, ou seja, influenciar no processo de socialização política, a hipótese era a de que as experiências anteriores poderiam gerar uma retroalimentação, podendo ser expressivas neste universo de jovens participantes do projeto Parlamento Jovem.

Ao serem questionados quanto a(s) atividade(s) ou organizações que você já haviam participado ou participavam, temos os seguintes resultados:

Tabela 20: Questão 24: Assinale a(s) alternativa(s) contendo a(s) atividade(s) ou organizações que você já participou ou participa:

Nenhum	15,00%
ONG	5,00%
Grêmio Estudantil	8,33%
Representante de turma	48,33%
Organizações de movimento estudantil	5,00%
Trabalho voluntário	25,00%
Projeto social	18,33%
Coletivo Estudantis	20,00%
Protesto de rua	28,33%
Petições na internet	25,00%
Partido Político	3,33%
Grupos jovens de igreja	55,00%
Outro	1,67%

Fonte: Elaboração própria.

Dois dados que se destacam são os de participação em atividades tais quais Grupos jovens de igreja (55%) e Representantes de turma (48,33%). As atividades religiosas segundo Fuks (2011) podem ser influentes quanto a socialização política, uma vez que de forma geral, também transmitem valores e regras e um estoque de aprendizado quanto a participação. O número de representantes de turma pode ser relevante quanto a já uma propensão individual em participar tal qual Fuks (2011, 2012) ou de um dos critérios de escolhas das escolas quanto aos participantes do projeto. Uma hipótese para o baixo índice de participação em grêmios estudantis,

pode ser fortemente influenciado por um grande número de escolas não possuem grêmios estudantis, onde a atividade de representantes de turma possivelmente seriam o canal participativo possível para estes jovens.

Apesar destas questões, chama a atenção o fato de uma participação significativa em outras instâncias participativas de cunho diretamente políticos tais quais Coletivos Estudantis (20%), Protestos de rua⁴¹ (28,33%) e petições na internet (25%), assim como atividades de cunho cívico e filantrópico, tais quais Trabalho voluntário (25%) e Projeto Social (18,33%).

Não sendo possível mensurar a proporção por não termos dados comparativos, são dados reveladores quanto ao processo de constituição da socialização política destes jovens, que, apesar de menos expressivo do que a hipótese inicial supunha, demonstram um percentual significativo de participação em outras atividades que contribuiriam para uma maior incidência de informações e práticas políticas em seu processo de socialização política

2.6 Opiniões políticas

Antes de apresentar os dados qualitativos recolhidos nas entrevistas realizadas para investigar sobre as agências de socialização política discutidas, cabe aqui apresentar outros dados recolhidos pelo questionário aplicado.

Os dados que serão apresentados a seguir dão uma orientação quanto a aspectos dos jovens pesquisados referentes a opiniões quanto a afirmações que sugerem crenças, percepções e confiança no papel e nas práticas políticas tradicionais institucionalizadas, não institucionalizadas e na participação da juventude enquanto agente político. Estes se apresentam mais como dimensões já absorvidas no processo de socialização vivido por eles.

Alguns dados recolhidos demonstram que entre estes jovens, há uma forte tendência a não verem a política como algo que não deva ser reservado apenas a políticos, que pode ser discutido e sugerem em uma confiança no poder de mudança através da política e da participação do jovem.

⁴¹ Vale ressaltar a série de diferentes protestos ocorridos no Brasil no ano de 2013 em diante, inclusive na cidade de Juiz de Fora. Movimentos que possuíram uma grande cobertura midiática e mobilização pela internet.

Ao serem apresentados a afirmação “Política não se discute”, temos os seguintes resultados:

Tabela 21: Questão 26.1: Política não se discute

-	3,33%
Discordo Plenamente	71,67%
Discordo Parcialmente	13,33%
Indiferente	5,00%
Concordo Parcialmente	5,00%
Concordo Plenamente	1,67%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Dos respondentes, 85% discordam da afirmação em maior e menor grau, dos quais 71,67% discordam plenamente. Apenas 6,67% concordam com a afirmação, dentro os quais apenas 1,67% concorda plenamente.

Quanto a afirmação “A política é algo reservado aos políticos”, temos as respostas a seguir:

Tabela 22: Questão 26.3: A política é algo reservado aos políticos

-	3,33%
Discordo Plenamente	76,67%
Discordo Parcialmente	11,67%
Indiferente	5,00%
Concordo Parcialmente	1,67%
Concordo Plenamente	1,67%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

A maioria destes jovens (88,34%) discorda da afirmação, dentre os quais 76,67% discordam plenamente. Apenas 3,34% concordam em maior ou menos grau com a afirmação. Estes dados podem indicar que para estes jovens a política não é algo reservado aos políticos.

Ao se buscar informações sobre a percepção quanto a política, na afirmação “A política é um meio de transformar a sociedade”, temos os seguintes percentuais de concordância e discordância:

Tabela 23: Questão 26.18: A política é um meio de transformar a sociedade

Indiferente	1,67%
Concordo Parcialmente	20,00%
Concordo Plenamente	78,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte; Elaboração própria.

Os dados observados chama a atenção pelo alto índice de concordância e a inexistência de discordância. 98,33% concordam, dos quais 78,33% concordam

plenamente, o que indica uma crença deste grupo na transformação da sociedade por meio da política.

Para buscar informações sobre a percepção do jovem quanto a sua própria relevância, a afirmação “a participação política do jovem pode mudar a realidade em que vivemos”, foi apresentada, com os resultados seguintes:

Tabela 24: Questão 26.20: A participação política do jovem pode mudar a realidade em que vivemos

Indiferente	1,67%
Concordo Parcialmente	15,00%
Concordo Plenamente	83,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Da mesma forma que os dados anteriores, estes não apresentam quaisquer números de discordância e o mesmo índice de concordância, com o percentual de concordância plena ainda maior. 98,33% dos jovens concordam com a afirmação, sendo possível concluir que há neste grupo uma crença disseminada de que a participação do jovem pode efetivamente transformar a realidade objetiva da qual faz parte.

Algumas outras informações referentes ao universo pesquisado foram recolhidas e serão apresentadas a seguir, dos quais podemos tirar algumas informações instigantes, apesar de pouco conclusivas.

Quanto a política institucionalizada e a forma pela qual ela ocorre

Tabela 25: Questão 26.4: As leis são construídas para o interesse da população

-	1,67%
Discordo Plenamente	5,00%
Discordo Parcialmente	11,67%
Indiferente	6,67%
Concordo Parcialmente	51,67%
Concordo Plenamente	23,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

75% concordam e apenas 16% discordam da afirmação “As leis são construídas para o interesse da população”.

Já nos mecanismos e agentes da política institucionalizada temos os seguintes dados:

Tabela 26: Questão 26.5: Eu confio na forma em que as leis são construídas no Brasil

Discordo Plenamente	26,67%
Discordo Parcialmente	28,33%
Indiferente	25,00%
Concordo Parcialmente	13,33%
Concordo Plenamente	6,67%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

55% discordam e 20% concordam quanto a afirmação “Eu confio na forma em que as leis são construídas no Brasil”;

Tabela 27: Questão 26.6: O poder legislativo é confiável.

Discordo Plenamente	10,00%
Discordo Parcialmente	40,00%
Indiferente	18,33%
Concordo Parcialmente	26,67%
Concordo Plenamente	5,00%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

50% discordam e 31,67% concordam com a afirmação “O poder legislativo é confiável”;

Tabela 28: Questão 26.7: Eu me sinto representado pelo poder legislativo

-	1,67%
Discordo Plenamente	35,00%
Discordo Parcialmente	18,33%
Indiferente	33,33%
Concordo Parcialmente	6,67%
Concordo Plenamente	5,00%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria

53,33% discordam 11,67% concordam quando a afirmação “Eu me sinto representado pelo poder legislativo”;

Tabela 29: Questão 26.7: Eu me sinto representado pelo poder legislativo

-	1,67%
Discordo Plenamente	41,67%
Discordo Parcialmente	16,67%
Indiferente	21,67%
Concordo Parcialmente	16,67%
Concordo Plenamente	1,67%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria

58,34% discordam e 18,34% concordam da afirmação “Eu me sinto representado por algum partido político”;

Tabela 30: Questão 26.2: Todos os políticos são corruptos

-	3,33%
Discordo Plenamente	25,00%
Discordo Parcialmente	36,67%
Indiferente	8,33%
Concordo Parcialmente	21,67%
Concordo Plenamente	5,00%
Total Resultado	100,00%

Fonte; Elaboração própria.

56,67% discordam e 26,67% concordam da afirmativa “Todos os políticos são corruptos”.

Temos uma percepção na qual a maior parte dos jovens não confiam e se sentem representados na forma em que as leis são construídas, no poder legislativo e nos partidos políticos. Ao passo que discordam que todos os políticos sejam corruptos e concordam que as leis são construídas para o interesse da população.

Tais dados corroboram com alguns achados de pesquisa sobre socialização política (BAQUERO, 1997; BAQUERO e BAQUERO, 2007; BAQUERO e CUNHA, 2010; NAZZARI, 2005; ROBALLO, 2011; SCHMIDT, 2000; SILVEIRA e AMORIM, 2005) nas quais se constatarem que uma parcela significativa dos jovens brasileiros não simpatiza com nenhum partido político e não confia de forma geral nas instituições políticas.

Quanto a forma pela qual estes jovens observam algumas questões referentes ao convívio com opiniões diferentes e a democracia, alguns dados chamam a atenção:

Na afirmação “pessoas com diferentes opiniões políticas não devem debater ou conviver juntas no mesmo espaço”

Tabela 31: Questão 26.9: Pessoas com diferentes opiniões políticas não devem debater ou conviver juntas no mesmo espaço

Discordo Plenamente	81,67%
Discordo Parcialmente	3,33%
Indiferente	6,67%
Concordo Parcialmente	6,67%
Concordo Plenamente	1,67%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

85% discordam, dos quais 81,67% discordam plenamente da afirmação

Quanto a que “Opiniões diferentes quanto a soluções políticas são importantes para a democracia”

Tabela 32: Questão 26.22: Opiniões diferentes quanto a soluções políticas são importantes para a democracia

Discordo Plenamente	1,67%
Indiferente	1,67%
Concordo Parcialmente	13,33%
Concordo Plenamente	83,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

96,66% concordam, destes, 83,33% concordam plenamente.

Por fim, quanto a “eu acredito que a democracia é o melhor modelo político possível”

Tabela 33: Questão 26.21: Eu acredito que a democracia é o melhor modelo político possível

Discordo Plenamente	5,00%
Discordo Parcialmente	5,00%
Indiferente	3,33%
Concordo Parcialmente	28,33%
Concordo Plenamente	58,33%
Total Resultado	100,00%

Fonte: Elaboração própria

86,66% concordam, dentre os quais 58,33% plenamente quanto a afirmação.

Morais (2017), em uma pesquisa de 2002 do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina com os jovens do Rio Grande do Sul, chegou a seguintes números: 65% acredita ser importante a participação dos jovens na política. Porém, em média, 5% participa de partidos políticos e 4% confia em partidos políticos. Apenas 25% mostram interesse na política. 99,5% concorda ou concorda em parte que os políticos são corruptos; 80% prefere a democracia do que qualquer outro regime político.

Podemos concluir pelos dados que este grupo apresenta algumas características que se destacam, tais quais as crenças na democracia, na percepção da importância de se conviver bem com opiniões diferentes e no poder de transformação da política e da participação do jovem. Ao mesmo tempo, temos uma baixa credibilidade e confiança quanto aos agentes e mecanismos institucionalizados da política, tais quais o poder legislativo e partidos políticos que dotam de baixa confiança e baixo poder de representatividade, apesar de não corroborarem com a ideia de que todos os políticos são corruptos.

A seguir, serão apresentados os dados qualitativos recolhidos na entrevista sobre a forma com a qual os jovens percebem e sua relação com as agências de socialização discutidas anteriormente e as experiências políticas que já fizeram parte.

CAPÍTULO 3

ESTUDO DE CASO

Como dito na parte introdutória do trabalho, uma amostra de jovens foi selecionada para que se pudesse fazer entrevistas em busca de dados qualitativos quanto ao papel das agências de socialização política e experiências vividas entre estes jovens. Da amostra inicial, selecionada mediante análise dos questionários, devido a um histórico de participação em atividades políticas disponíveis a jovens, com potencial de possuírem agentes socializadores significativos em sua trajetória, apenas uma entrevista foi realizada e é apresentada neste capítulo como um estudo de caso.

O jovem que será trabalhado como um estudo de caso foi escolhido em meio a amostra inicial por corresponder ao que fora como critério para se buscar maiores informações sobre a atuação dos agentes de socialização. Este jovem foi escolhido por responder que já havia participado de protestos de rua, petições na internet, grêmio estudantil e como representante de turma em sua escola. Junto a esses antecedentes que poderiam indicar a maior presença dos agentes de socialização política em sua trajetória, também respondeu concordar com as afirmações: “Conversas sobre política faz parte do cotidiano de minha casa”; “Conversas sobre política faz parte do cotidiano entre meus amigos”; “Estou constantes em meio a discussões políticas”; “Eu me sinto incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pelos meus familiares”; “Eu me sinto incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pela(s) escola(s) em que estudo/estudei”; “A escola é um lugar para se discutir política” e “A internet é um lugar para se discutir política”.

Seu processo de socialização política não será analisado sob o prisma do resultado que gerou, e sim sobre quais os agentes que influenciaram e mecanismos que estão presentes em suas falas citadas, a socialização política será observada como a aquisição de conhecimento político objetivo e abstrato, crenças, atitude e/ou participação política por parte do indivíduo.

É necessário uma contextualização da relação que o estudo de caso com instituição escolar na qual faz parte. O jovem que será analisado como estudo de caso é filho de uma pessoa de alto cargo da instituição educacional na qual estuda.

Um marco desta forma de relação diferenciado foi a própria entrevista ter ocorrido dentro da instituição de ensino, que oficialmente não aprovou que fosse usado o seu espaço para a realização da entrevista com outros alunos. A entrevista com o jovem foi realizada em uma sala ocupada por membros do alto escalão da instituição, uma vez que o progenitor do aluno (e ocupando posição de destaque na burocracia da escola) autorizou sua realização. Desta forma o jovem pode ser influenciado a não atentar contra a imagem da instituição.

Apesar deste vínculo do jovem com a instituição, a entrevista nos permite perceber questões relevantes quanto o ambiente escolar enquanto agente de socialização política.

3.1 Escola

Como já dito, o espaço escolar é por natureza uma instituição socializadora e uma das agências socializadoras de maior destaque na literatura (BAQUERO, 2003, 2011; FUKS e BATISTA, 2010; FUKS, 2011, 2012; NAZZARI, 2005; ZORZI, 2016). As relações internas e o clima escolar são tidos como influentes para a socialização política (EHAM, 1980), assim como os seus agentes internos, principalmente os professores. (ARAÚJO, 2009; BAR-TAL; HAREL, 2002; RIBEIRO; FARIA, 2004)

Em nossa entrevista, o jovem entrevistado entende a instituição educacional em que esteve durante todo a sua trajetória escolar como um espaço “(...) *sempre muito democrático. Sempre muito aberta as discussões e ao debate.*”, se referindo a escola como um ambiente mais politizado comparado ao ambiente em que convive com amigos, “*ao meu ver, o mais politizado é a escola.*”, e afirma se sentir muito à vontade para discordar e se posicionar politicamente dentro da escola.

O espaço escolar é, na lembrança do jovem, o espaço em que ele se envolveu pela primeira vez em uma discussão política, “(...) minha primeira conversa política (...) foi dentro *da escola*, aqui que realmente começou (...) porque às vezes um professor nosso ‘ah, eu gosto mais disso e isso’ e você conversa com ele sobre isso e já vai conversando”.

Apesar do jovem afirmar de que não houve nenhum professor que o influenciou quanto ao seu posicionamento político, e discordar do posicionamento dos docentes, as atitudes e discussões frente a política na sala de aula aparecem

como importantes indicativos de como a escola transmite informações políticas, valores e age sobre o processo de socialização do jovem.

O jovem identifica o posicionamento dos professores como “alguns são de esquerda, (...) alguns são de centro, centro-esquerda, centro-direita, mas, até bem variado, bem variado o posicionamento político dos professores(...)”, mas afirma se sentir à vontade para discutir e discordar e percebe o tratamento de opiniões divergentes a do professor como sendo tratadas de forma “normal, democrática. Embate amigável”.

Quando questionado se há discussões políticas no espaço escolar em que frequenta ele destaca o papel de alguns professores, “sim, sim. Nossos professores (...) principalmente na área de geografia e história (...) canal aberto de participação, de trazer novas ideias políticas, de trazer um fato (...) muitas vezes ele perdia uma aula dele e a gente conversa sobre a política.” além do indicar referente ao incentivo que “(...)o incentivo aqui sempre, sempre foi um canal aberto a todos. E quando veio o Parlamento Jovem o canal aberto se estendeu.”. O jovem é enfático ao destacar que todos os professores incentivam os alunos diretamente a se posicionarem na política e a buscarem informações políticas:

Todos! Todos os professores incentivam sempre assim a estarmos a par das notícias mais novas, mais atuais, muito por conta dos vestibulares de final do ano (...) e falam que é de extrema importância, que podemos achar chato, massante, mas que temos de ver os jornais, ou da bandeirante, ou da globo, ou ler um jornal mesmo que online e com esse incentivo de busca pra notícia, a gente sempre acaba fazendo, tendo o nosso conhecimento político moldado, então é um incentivo, pra mim isso é um incentivo.

Em trabalhos recentes Fuks e Batista (2010), Fuks (2012) e Zorzi (2016) destacam que os recursos na escola são decisivos quanto a transmissão de informação e capacidades políticas para os jovens. No estudo de caso, algumas informações quanto a forma e os espaços de participação institucional merecem alguma ressalva.

O jovem afirma não haver no colégio um órgão equivalente ao Colegiado⁴², afirmando que o contato dos alunos com a gestão e administração se dá através de um requerimento e diálogos: “surge uma ideia na nossa turma, nós fazemos uma conversa com a diretora, um requerimento, esse requerimento, (...) vem a

⁴² Órgão deliberativo quanto a assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros da rede pública, com representantes dos funcionários, professores, gestão, pais, alunos e comunidade.

coordenadora da instituição, a presidência (...) assim discute: ‘(...) isso vai contra o regimento interno e isso não (...)’.”, mas a decisão, segundo ele, sempre vem junto a uma justificativa e um espaço para ser contestado e possibilidade de debate e argumentação: “caso por exemplo ‘não concordo’, a direção tá aberta a uma reunião para que a turma ou alguém possa explicar seu ponto de vista e muitas vezes até mude a opinião final”.

Ao se referir aos espaços de representação estudantil o estudante apresenta algumas informações interessantes. A escolha do representante de turma pode ou não passar por uma eleição, não sendo todas as turmas a possuírem um representante durante todo o ano. Em alguns casos o representante fica apenas a cargo de assuntos relacionados a jogos de interclasse do colégio e formatura dos alunos. “(...) tem eleição ou os que querem ser se tornar representantes de turma, ou seja, eles se candidatam e ano passado o primeiro ano se candidatou pelos três, apenas, acho que só teve candidatos do primeiro ano, pra representar o ensino médio.”, “(...) ano passado especificamente teve aluno do primeiro ano para representar o ensino médio. Eles vieram nas salas (...) apresentaram as suas ideias, apresentaram as melhorias que poderiam ser feitas e houve a votação online”, as turmas de segundo e terceiro ano do ensino médio só escolheriam representantes para assuntos referentes a interclasse do colégio e formatura.

Quando questionado se já havia sido representante de sala, a resposta foi afirmativa “já, muitas vezes (...) teve um ano (...) que o menino que tomou a frente realmente (...) empurrou com a barriga a representação da turma aí eu, ele me pediu, (...) e eu acabei me tornando representante novamente, se não me engano foi no nono ano”.

Apesar da resposta no questionário ser afirmativa, segundo o jovem, em sua escola não há um grêmio estudantil propriamente dito. Comparando-o ao um diretório central de estudos inexistente no colégio, mas segundo ele, “acaba que os representantes cumprem o papel, englobam a função do DCE.”. A representação é assim o espaço institucionalizado de representação do estudante nesta instituição de ensino.

O jovem responde nunca haver tido uma mobilização estudantil no ambiente escolar, apontando o projeto Parlamento Jovem como a principal. O Parlamento Jovem, segundo o jovem, mobilizou várias turmas. Contudo, no desenvolver da

entrevista, o jovem revelou que teria havido na escola uma greve de estudantes⁴³, da qual não participou porque “*tem que dar o exemplo*”, isso se explica pela sua ‘posição’ enquanto filho de uma pessoa de alto cargo na instituição.

Mas mesmo que ele não tenha participado desta greve citada ela se demonstra relevando para pensarmos o ambiente escolar no qual ocorre sua socialização política, além do julgamento do jovem quanto ao protesto possuírem pautas ‘da esquerda’. Quando perguntado se ele se sente à vontade para discordar e se posicionar contrário a posições da escola, ele responde:

Sim, até porque tem alguns alunos que se posicionam a uma posição contrária a posição da escola. Nós tivemos uma greve, a turma do terceiro ano faltou em massa, só eu vim, por conta do ‘tem que dar o exemplo’, porque se eu não viesse poderia se tornar motivo de ‘ah, ele faltou, porque que nós não podemos’, então eu vim sozinho, apesar de algumas coisas eu concordar apesar de em algumas coisas eu concordar com a esquerda e outras eu discordar completamente, mas a turma normalmente faltou, explicou o porque, assim, a grande maioria, os que tiveram, os que realmente falaram a verdade, não aconteceu nada, não foram retalhados, continuam normalmente e a escola incentiva sempre esse posicionamento, o aluno a se posicionar politicamente.

Um dos fatores relevantes para o incremento de formação política dos jovens no ambiente escolar além dos espaços de participação é também o acesso a informações políticas que esta leva até o aluno (BATISTA; FUKS, 2010; FUKS, 2011; ZORZI, 2016). Quanto a isto, além das informações já relatadas que são levadas, a escola possui uma página em mídias sociais nas quais também leva informações aos alunos “Os acontecimentos principais, a página da ‘escolas’ traz, hoje mesmo eu vi que compartilharam sobre a aprovação da reforma trabalhista, esse é um meio que a instituição traz as principais novidades”.

O clima de discussão democrática na sala de aula, significativa para o processo de socialização ocorrido (EHMAN, 1980) é reforçado por haver um posicionamento dos alunos na sala de aula nas discussões, tratadas de forma democrática e com respeito.

Segundo o jovem os alunos não possuem posicionamentos políticos parecidos, e que, por vezes não entra em um embate político com o professor, mas que costuma se posicionar, e seus colegas também. E quando há divergências de opiniões “há um respeito de se levar a sério, de levar a séria a opinião, muitas vezes

⁴³ A “greve dos estudantes” – palavras do jovem – foi uma ação na qual os alunos do terceiro ano da instituição faltaram um dia em apoio a uma chamada de dia de greve nacional contra a reforma da previdência social proposta pelo atual governo.

um pensamento é modificado dentro da sala de aula pelo pensamento de um colega. Sempre com muitos respeito as opiniões dos colegas”.

Um ambiente escolar assim com troca de informações não só entre professores mas também entre alunos, que estão cada vez mais assumindo uma posição política. Ao ser perguntado se os colegas se posicionam politicamente nas discussões no meio escolar, ele responde que “sim, muito agora no terceiro ano, agora tem aparecido mais, as pessoas estão se posicionamento mais, mas anteriormente não ocorria muito, alguns pontos na sala que estavam mais entendidos sobre os assuntos e acontecimentos atual do país que se posicionavam (...)”. Um ponto interessante é notar que, diante de um contexto específico, de quando a ex-presidenta Dilma Roussef sofreu um processo de impeachment, o jovem se coloca como um agente de levar informações para a escola e colegas de turma “muitos deles ficavam sabendo dos (...) acontecimentos importantes do país (...) eu e mais alguns alguns que gostamos mais da política trazíamos as novidades, às vezes em uma discussão em sala alguns alunos ficavam ‘gente, mas isso aconteceu, não vi’, por às vezes não procurarem informação”.

É talvez produtivo pensar que, em meio a um processo de socialização sofrida, este jovem pode também estar cumprindo um papel de agente socializador em outros de seu grupo de iguais e também dentro da própria família.

3.2 Família

O papel do jovem enquanto agente de socialização política com relação aos pais é subestimado ou tido como pouco relevante (CASTRO, 2009; SCMIDHT, 2000). Se partirmos do pressuposto que a socialização política não é algo que termina (PIGEL, 1989) e está em contante continuidade, o jovem poderia ser um potencial ator neste processo com relação com os adultos.

Com relação a sua família, segundo o jovem entrevistado “eu sou o mais aguerrido a política” e “eu puxo muito eles para os protestos e essas coisas assim”. Ao se referir a como se sente incentivado a participar pelo seu ambiente familiar, ele ressalta que também é um incentivador e transmissor de ações políticas dentro da família “não só me sinto incentivado como eu incentivo. (...) não pode ficar parado.

Então eu incentivo muito a minha família a ir. A minha mãe eu sempre trago junto comigo nos protestos, sempre”.

Apesar de na escola, como visto anteriormente, haver uma intensa troca de informação política e de apresentar um ambiente muito propício a troca de informações, valores políticos e oportunizando participações, aparentemente é na família que conseguimos perceber a maior influência que este jovem possui em sua socialização política, ao menos enquanto a seu posicionamento, tido como sendo de “direita”.

As proposições dos primeiros autores da área de socialização política, que hipervalorizavam a influência da socialização infantil, dando a este momento a responsabilidade pelas atitudes e orientação políticas futuras, a influência da infância nunca fora negada como sendo importante neste processo. Ao apresenta o seu posicionamento como sendo de “direita”⁴⁴, algo que chama a atenção em sua fala é que sugere que é um posicionamento que vem desde a infância “*sou uma pessoa de direita, de infância*”. E apesar da negativa que algum membro específico da família tenha influenciado diretamente em seu posicionamento político é perceptível em sua fala e até mesmo para o próprio jovem a influência do meio em que vive nela “(..)com o tempo fui moldando ela também de acordo com meus pensamentos e lógico, meu meio de convivência teve uma influência sim, mas ao meu ver, foi uma influência boa”.

A forma e importância da família na influência no processo de socialização política já fora discutido anteriormente e são inegáveis. As proposições de autores que versaram sobre a temática estão presentes nas falas do jovem e tal qual serão apresentados abaixo.

Tal qual o achado de Niemi (1974) e Niemi e Jennings (1974), quando o pai e a mãe possuem uma orientação política convergente aumentam as possibilidades de que eles sejam transmissores de sua orientação política, gerando um reforço no potencial socializador destes indivíduos. Esta ideia ganha força enquanto explicação da influência família quando estas posições similares dos pais – que são identificados pelo jovem como sendo de “direita” - são ressaltadas “todos nós, na grande maioria da família somos todos de direita (...) a grande maioria lá de casa

⁴⁴ O jovem demonstra afinidade com um partido, que, segundo seu site oficial se demonstra alinhado a premissas do liberalismo e liberalismo econômico. “Mas esse partido novo, acho que é o 30, tem surgido, tem se mostrado como, o meu pensamento tem se alinhado com o dele na grande maioria”.

somos todos de direita”. Não só se demonstra conhecedor – ou com uma percepção – do posicionamento dos pais e irmãos, mas também de avô, tios e primos e outros membros familiares. De modo que essa similaridade entre o pensamento possa ser um reforço na socialização recebido “o nosso pensamento lá em casa é muito homogêneo.”. E principalmente referente ao papel de sua mãe, é dito que “a nossa opinião é homogênea, é muito igual, o nosso pensamento ao político é igual”.

Se faz necessário um adendo quanto a ausência na bibliografia percorrida quanto a socialização política em famílias monoparentais, caso do jovem entrevistado. Apesar de a estrutura familiar poder influenciar na forma em que o processo de socialização ocorra, algumas premissas dos estudos que trabalham com famílias nucleares serão consideradas.

Outra questão que estes estudos ressaltam como sendo significativo para o processo de socialização política é o nível de tempo de convivência, intimidade e confiança e a mãe como principal agente transmissor a influenciar o jovem é algo que parece ser presente na vida e aparece na fala falado jovem, “minha mãe sempre foi minha mãe, meu modelo(...)”, junto a isto o fato de ser uma família monoparental reforça a ideia de que a mãe seja a principal transmissora de orientação política.

Nos trabalhos de Fuks (2011, 2012) é ressaltado o papel da participação e militância dos pais enquanto uma variável que possui influência direta na transmissão de uma atitude participativa nos jovens. As falas presentes do entrevistado demonstram que não só a atitude participativa do responsável pode sim ter influenciado mas na própria atitude simultânea de irem juntos a manifestações⁴⁵, de participarem juntos em eventos políticos significativos “nas primeiras manifestações que tiveram nós já começamos a ir”.

Sem dúvida esta pode ser uma forma de transmissão direta de atitude participativa do meio familiar. Assim como o conhecimento de participações passadas dos responsáveis, no caso deste jovem, se demonstra conhecedor do histórico de participação materno em protestos e engajamento político “minha mãe hoje me conta que foi nas diretas (...), ela fala ‘me lembro de ir a são paulo protestar, sozinha, com as minhas amigas da faculdade a favor das diretas(...)’”. A percepção do interesse também pode ser uma das formas que se exerce essa influência “(...) nas manifestações de 2015 ela me viu muito aguerrido e eu vi ela”.

⁴⁵ O jovem se refere as manifestações que ocorrer no ano de 2015, referentes ao impeachment da presidenta Dilma Rouseff.

Não só a mãe aparece como potencial agente familiar que a participação em eventos anteriores pode ter influenciado na atitude participativa deste jovem, mas também ressalta a participação de um irmão em protestos, “(..) meu irmão (...) em 2013 o meu irmão do meio foi nas manifestações contra o aumento de passe, compactuou, eu também (...) e quando ele foi ele falou que era muito legal a gente participar (...)”. Isto faz com que seja possível levar em conta que ao pensarmos nas transmissões de informações, atitudes e crenças políticas no ambiente familiar não só os adultos responsáveis o fazem, mas que outros agentes internos a ele também podem influenciar. Mesmo entre os adultos responsáveis pela socialização política, estes podem estar presentes seja da família nuclear ou estendida, por tempo indeterminado ou por uma fração de tempo.

Os trabalhos de Fuks e Batista (2010) e Fuks (2011, 2012) também ressaltam a importância do ambiente familiar na transmissão de informação de atitudes participativas para os jovens, esta constatação se mostra presente na família “a minha mãe, pela convivência do dia a dia, eu passo a minha opinião pra ela, ela passa a dela pra mim”, “a gente sempre discute muito (...) é impossível se juntar em uma mesa e não conversar a situação política atual”, “(...) toda hora quando ela [mãe] para ver um jornal a gente conversa sobre política”.

Ao passo que a *escolaridade dos pais* e a situação socioeconômica familiar influenciam de forma indireta a transmissão de atitudes participativas para os filhos e direta o ambiente familiar, por conta dos pais mais escolarizados e com maior poder econômico tenderem a ser mais participativos e a levarem um maior nível de informação política para o ambiente familiar (FUKS, 2011, 2012) é importante ressaltar que, neste caso, tanto a mãe como o pai possuem formação superior e pós-graduação, e que, apesar de viver apenas com a sua mãe, esta possui uma renda acima de 12 salários-mínimos⁴⁶. A junção de maior nível de escolaridade e renda pode ser um facilitador de um ambiente de maior difusão de aquisição de informação política por parte deste jovem.

Além de se sentir incentivado a se posicionar politicamente pela família, define o ambiente familiar como sendo “extremamente democrático”, onde “há um respeito de opiniões muito grande.”, e ao se referir a “Política pra mim é debate”.

⁴⁶ Na época, acima de R\$ 10.865,00.

Quando acima foi dito que quando olhamos as influências políticas do meio familiar não só os responsáveis diretos e constantes podem influenciar no processo de socialização, este jovem demonstra que outros agentes externos ao âmbito nuclear da família, pode ter sido significativos em seu processo de socialização política. Ao se referir quanto a quais pessoas mais falam de política em sua família ele diz que “tem o meu tio que (...) é muito aguerrido a política sim, a minha mãe também(..)”, e em outro momento da entrevista cita um ex cônjuge de sua mãe, “minha mãe teve quase um marido, 2006 a 2012, e ele era muito importante na área de política e gostava muito, e meu tio foi vereador, sempre gostou muito (...) eu me lembro muito de conversa deles sobre política”. Além dos adultos, indica ter muitas conversas com outro membro familiar que possui muita intimidade e conversas e troca de informações quanto a visões “meu primo é completamente de esquerda, e é como se fosse um irmão pra mim”.

Anteriormente foi dito sobre como o poder de influência dos pais como o agente de socialização dos filhos tem seu potencial aumentado quando posteriormente a apresentação de suas orientações, outras agências de socialização tais quais a escola e amigos reforçarem a visão transmitida pelos pais. (JENNINGS; NIEMI, 1974). Esta configuração se mostra presente, reforçando a ideia de que a família, neste caso, é a principal agência socializadora.

3.3 Grupo de pares

Ao responder perguntas referentes a seus grupos de pares diz que “Graças a Deus eu tenho amigos de todos os cunhos políticos, direita, esquerda, centro, e são todos muito variáveis, e, mas nos grandes assunto, nas grandes polêmicas sempre há divisão direita e esquerda”, mas quanto a aqueles jovens com o qual possui relações mais próximas e maior troca de informações de forma geral ele considera “na grande maioria” serem jovens que possuem um posicionamento político claro, tirando uma exceção, um primo, a maior parte de amigos possui uma visão próxima ou igual a que ele considera a dele: “a maioria dos meus colegas de esporte ou de clube são em sua grande maioria do mesmo posicionamento político que o meu”. O jovem, que se reconhece enquanto sendo de “direita”, quando perguntado se todos possuem o mesmo posicionamento, responde que, fora do ambiente escolar “no geral, acaba sendo muito os mesmos, mas a maioria se demonstram de direita.

Porque é o pensamento próximo, né, que atrai a amizade, o assunto em comum muitas vezes, o mesmo pensamento”

A única exceção é um primo e sua namorada, que conversam sempre sobre política “[...] ele e a namorada são de esquerda, [...], e eu falo ‘olha, discordo, porque isso vai trazer o melhor aqui’ e ela fala ‘ah não, mas isso vai trazer uma piora ali’ e acaba que surge sempre o assunto, esse ano principalmente”, ainda que “[...] nos assuntos que tratamos de política, conversamos bem, há divergência, mas divergências amigáveis”. Este primo aparece enquanto um agente importante, podendo ser visto como um agente de socialização política ao passo que traz uma série de informações opostas ao que é reforçado no meio familiar e entre os outros amigos mais íntimos.

Apenas o primo possui uma visão oposta, os outros amigos foram apontados com um posicionamento igual ao seu. Essa conversão entre as orientações políticas da família e dos amigos reforça a socialização política que recebeu no âmbito familiar aumentando o poder de influência familiar sobre esse processo. (JENNINGS, NIEMI, 1974) Esta ideia é reforçada pelo fato de aparentemente ser o principal meio de discussão política, já que entre os amigos o jovem não se vê tanto em meio a discussões política. “Mais ou menos, eu diria que estou na medida certa, não falo muito, [...] e eu não chego a falar pouco. Acho que estou na medida certa”.

Apesar dos amigos não serem o meio em que mais conversa sobre política – aponta que é na escola e família - o jovem responde que sempre se posiciona politicamente diante de seus amigos “eu sempre tendo a me posicionar, mostrar meu ponto de vista, independente do que o outro ache, falar ‘olha eu acho que isso aqui é o certo”.

3.4 Meios de comunicação e internet

Ao ser questionado se os amigos participavam de protestos políticos, a resposta foi que “sim, meus amigos participam dos protestos. E até online também, a gente compartilhar a nossa manifestação também é uma forma de protestar”. A internet é vista como um canal de manifestação política para esse jovem, e cada vez mais aparece como uma agência de socialização interligada as agências de socialização tradicionais. Nela ocorre um grande fluxo de informação, troca de informação, posicionamento e militância, principalmente entre os jovens, os

socializando politicamente concomitantemente a esse processo (ANDERSON, MCCABE, 2012; MOELLER, VRESSE; 2013; MORAIS, 2017; PALETZ; OWEN; COOK, 2012; ROBALLO, 2011).

Para Paletz, Owen e Cook (2012) a internet contribui principalmente para indivíduos engajados, já que oportunizam acesso a informações, participação e sensibilização quanto a ações políticas. Este perfil é o do jovem entrevistado, que demonstra uma grande busca e acesso a informações políticas, que segundo o jovem é “muita, 100%, [...], mas eu também busco. Eu busco.”, “Eu busco por vontade própria [...]”. O acesso a informação política e o interesse em buscar informações políticas são fatores que Fuks (2011, 2012)⁴⁷ também indica como sendo uma característica pessoal importante que influenciam em ações participativas.

A internet, como dito anteriormente tem se tornado uma agência socializadora significativa, incluindo a socialização política, e é o principal meio de acesso a informação política do jovem “[...], no meu caso é o facebook, é minha principal fonte de informação, porque lá eu tenho o Globo, tenho o NY Times, tenho a Folha de São Paulo, Exame, tenho veja, tenho tudo.”, indica uma página chamada “catraca livre” que segue com uma visão ‘diferente’ da dele por postar sobre outras temáticas interessantes “é uma página que eu percebo muito nitidamente que é um posicionamento contrário, mas eu continuo seguindo, porque muitas vezes eles postam outras coisas que me interessam”.

O jovem assim indica a mídia social como sua principal fonte de informação, e como segunda fonte, indica a televisão, mais especificamente um canal de notícias da televisão fechada “se eu quero algo mais denso, algo mais focado, quase sempre eu abro, no caso as grandes notícias [...] eu abro o, o, minha principal fonte de televisão é a Globo News, eu abro a Globo News”, estes são as duas principais fontes, com o jornal impresso sendo indicado em terceiro lugar apenas, com a preferência dada para o facebook usado já que, segundo ele “na grande maior das vezes têm as mesmas matérias, e se eu preciso de algo mais completo eu ligo a televisão, que eu acho melhor, tenho um melhor entendimento do que se eu ler o jornal, eu acho o jornal até um pouco confuso”, confiando apenas “quando é jornal

⁴⁷ O papel da exposição a informação e da busca pela informação política para a transmissão de atitudes políticas e conhecimento político é também encontrado em outras pesquisas nacionais.(BARROS; MARTINS, 2016; BRAGA; TADRA, 2013; FREITAS, 2012; MORAIS, 2017; RIBEIRO, 2011).

grande ou uma revista importante, algo do tipo [...] se é uma fonte que eu desconheço a procedência, independente de ser um canal de direita ou esquerda eu não compartilho, não curto, nem abro para ler”.

A internet aparece não só sendo utilizada enquanto uma fonte de informação, mas também de manifestação política, enquanto um espaço de posicionamento dele e dos amigos. Segundo o jovem, os seus amigos se posicionam e discutem assuntos políticos na internet, o que aparentemente são fonte de informação e incentivo “e meus amigos mesmo, quando acontece algum fato geralmente eles postam um texto ou uma nota, ou alguma coisa sobre um determinado assunto e eu não vejo, desço um pouco a página e já aparece um jornal falando sobre aquele determinado assunto”.

O próprio jovem se diz sempre usar para se posicionar⁴⁸, e como já dito anteriormente, entende isto como uma forma de protesto política. Apesar de dizer que por vezes já evitou comentar assuntos políticos por resultar em comentários desrespeitosos em sua página, ele diz que “[...] esse ano eu tirei e tudo que me dá na cabeça, que eu vejo, eu procuro saber, eu não falo sem a base, eu tenho comentado, tenho comentado, tenho compartilhado, tenho discutido a respeito”.

O jovem não participa de grupos políticos de militância ou sites políticos específicos, mas principalmente enquanto fonte de informação e manifestação em suas redes sociais, e tal qual o uso da internet – e também a televisão – faz com que sejam socializados a personagens e acontecimentos políticos da arena nacional e internacional, podendo induzir a de ações ao ver o que ocorre em outros locais do país e do mundo (MOELLER; VRESSE; 2013; PALETZ; OWEN; COOK, 2012).

3.5 Experiências políticas

Além da forma de protestos virtuais e representação estudantil, o jovem indica já ter participado de algumas manifestações públicas “já fui em protestos sim, 2015 e 2016, esse ano também, eu acho”, ao responder com quem ia aos protestos ressalta o papel da mãe “Minha mãe, sempre a minha mãe. E acaba que você encontra alguns amigos né”. Os protestos que participou foi em decorrência do pedido da ex-

⁴⁸ Segundo Morais (2017) os jovens do Sul do Brasil ficam conectados em média 9 horas por dia na internet, porém, apenas 22% destes jovens comentam e apenas 18% compartilham postagens políticas na internet.

presidente Dilma Roussef, em favor da prisão do senador Aécio Neves e da investigação do atual presidente Temer, com um forte discurso contra a corrupção, “o meu pensamento político é que o lugar de corrupto é na cadeia. Eu até acho que a china faz o certo, que é eles matam e mandam a família pagar a bala [...]”.

O jovem ressalta, tal qual sabido, que a trajetória individual e o contexto histórico e social podem influenciar no processo de socialização política, “acho que em 2013, quando teve aquelas grandes manifestações⁴⁹[...], ali eu senti como se fosse um start na minha cabeça, um tino, ali vi que tinha que estudar mais e me inteirar mais sobre quem são os governos e o que eles estão fazendo”, seguido pelos movimentos que ocorreram nos anos seguintes em favor do impeachment da presidenta Dilma Roussef, “nas primeiras manifestações que tiveram nós já começamos a ir, aquela do Brasil Livre⁵⁰ [...] Aí que começou realmente muito forte meu sentimento pela política, tanto que em 2016 quando me ofereceram uma vaga no parlamento jovem eu já fui [...]” segundo ele, a razão pela qual foram em protestos foi que “em 2015, 2016 o impeachment da Dilma me chamou, lógico, chama muito a atenção, é o impeachment de um presidente [...]. E 2016, 2017 começam a sair as notícias e até hoje não julgaram o Aécio [...] a gente não pode esquecer fatos importante como esses, o Temer [...]”.

Concluindo, fica claro a forma pela qual as agências socializadoras se fazem presentes na vida do entrevistado. O jovem relata uma série de opiniões sobre acontecimentos, personagens políticos, partidos e posicionamento objetivo e abstrato quanto a questões políticas, crenças e atitudes, o que demonstra um nível de conhecimento significativo fruto de um processo de socialização política sofrido

Apesar de ser algo complexo, não sendo a proposta do trabalho mensurar o “resultado final” gerado por cada uma das agências, mas pode-se dizer que os dados e análise corroboram para que a família e a escola, principalmente a família, seja vista como a agência de maior influência neste caso. A figura materna, principalmente, é o agente da maioria das troca de informações políticas abstratas e objetivas, atitudes, participações e identidade com um conjunto de crenças políticas,

⁴⁹ O jovem se refere a uma série de protestos que houve no ano de 2013 no Brasil inteiro que iniciaram contra o aumento de passagem na cidade de São Paulo e se estenderam pelo Brasil inteiro ganhando novas reivindicações e proporção jamais vista em protestos políticos no Brasil.

⁵⁰ As manifestações ocorreram durante o primeiro semestre do ano de 2015 em todo o Brasil, convocados por grupos da internet, entre eles o Movimento Brasil Livre, a favor do impeachment da então presidenta do Brasil, com ampla cobertura midiática.

entendidas como iguais. Mas a família estendida também influenciou por meio de outros personagens, como vimos: o tio, o primo e o ex-cônjuge da mãe.

O interesse pela discussão e participação política, portanto se dá por meio de múltiplos mecanismos: parentais, institucionais – escolares – e informacionais – pela via virtual das redes sociais e de notícias.

Estas aquisições e posicionamento são reforçados posteriormente por seu grupo de amizade pessoalmente e pela internet, assim como pela corroboração e fornecimento de informações e oportunidade de participação política no âmbito escolar através de uma estrutura com opções participativas, de aquisição de conhecimento e troca de informações políticas sobre personagens e acontecimentos com professores e colegas, tornando mais preparado cognitivamente para lidar com o mundo da política (FUKS, BATISTA, 2010; FUKS, 2011, 2012; ZORZI, 2016).

A família, escola, amigos e os meios de comunicação (especialmente as redes sociais) se demonstram extremamente ativos enquanto agentes socializadores e interligadas entre elas, atuando sobre um processo de socialização que não possui fim, e está, mesmo que sem alterações substantivas a visão familiar, em constante reforço nestas outras esferas. A família está diretamente interligada com a instituição escolar e com os grupos de pares. Já os meios de comunicação conectam a um universo socializador mais amplo, sem que elimine as outras agências socializadoras tradicionais (MORAIS, 2017), além de dar uma maior fonte de informação e mídias contendo informações políticas no caso em tela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa parte da premissa encontrada nos estudos de socialização de que o indivíduo é formado por meio das relações sociais sob uma rede de interconexões sociais este indivíduo constrói a sua identidade e incorporando, a sua maneira, os traços culturais e políticos da sociedade em que vive, assim como uma percepção política dele e uma propensão ou não a ações políticas. Este processo que é pautado na relação com os outros importantes e que está em constante construção, tem uma etapa primária na família durante a infância e posteriormente uma secundária, em outras esferas sociais, tais quais: a escola, amigos e amigos, e também através das mídias e principalmente da internet.

Os dados aqui analisados corroboram o papel e a importância das principais agências socializadoras na socialização política de jovens tratada pela literatura, destacando a família, seguido pela escola, os meios de comunicação (especialmente, aqueles virtuais: redes sociais) e os grupos de pares. Como não existe um processo único de socialização política, cada indivíduo, dependente da configuração de suas relações, pode ter maior ou menor influência de alguma dessas agências. Os dados quantitativos nos apresentam a presença de todos, com maior destaque da escola, em seguida vem os meios de comunicação – a internet. O estudo de caso traz forte presença de todas as citadas, com maior destaque para a família.

Volto a lembrar o alcance desta dissertação. Cabe ressaltar que a amostra de dados quantitativos aqui trabalhada não tem a pretensão de ser representativa dos jovens de Juiz de Fora – MG. A forma com a qual foi feita a amostra não permite que se tenha uma representatividade estatística. A própria forma que é feita a escolha dos jovens para a participação do projeto no qual os jovens fizeram parte ocorre por vezes de forma arbitrária, de alunos tidos como “modelos” ou mesmo que já fazem parte de algum modo representativo como os “representantes de turma” ou alunos integrantes do “grêmio estudantil”.

Outro fator que distorce a amostra é o fato da não representatividade do ponto de vista dos dados socioeconômicos. Além de, pouco mais da metade deste grupo avaliado ser de escolas particulares, o nível de renda familiar e de escolaridade do pai e da mãe aparentam ser consideravelmente superiores ao da realidade brasileira. Estes dados indicam que, estes jovens, em sua maioria, tendem a possuir um

ambiente mais propício a que informações políticas mais elaboradas sejam trazidas e que haja um maior nível de discussão e troca de informações políticas.

Mas, mesmo não tendo a pretensões de ser um estudo que abrangesse a todos os jovens de Juiz de Fora (MG), podemos tirar algumas conclusões interessantes, principalmente quanto a presença destes agentes e do teor político nas relações em que estes jovens estão presentes.

1) O número de pais que participam de atividades de cunho político é algo significativo, com 20% indo a protestos de rua, 15% associação de bairro, 13% greves. Dentre os jovens há uma participação de 48,44% enquanto representantes de turma, 28% em protestos de rua, 25% em petições na internet e 20% em coletivos estudantis,

2) O ambiente nos quais estes jovens estão presentes são politizados, com grande troca de informação política e conseqüentemente uma forte presença do processo de socialização política.

3) A família aparece como um agente muito presente quanto a transmissão de conhecimento político, com 61,67% com a afirmação “Conversas sobre política faz parte do cotidiano de minha casa” e 48,33% concordando com a afirmação “Eu me sinto incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pelos meus familiares”

4) A escola aparece como o principal incentivador destes jovens a participarem de atividades de cunho político ou cívico. 81,66% concordam que se sentem incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pela(s) escola(s) em que estuda(ram). O papel do professor é ressaltado por 60% ao concordarem que foram ou são influenciados por professor(es) quanto a participar de projetos políticos. E apesar de não haver grêmio estudantil em 83,33% das escolas, o número de jovens que são ou já foram representantes de turma chega a 48,33%. Outro dado que corrobora para a escola destes jovens como um espaço de socialização é 80% concordarem que a escola é um espaço para discutir política. A escola aparece assim como uma instituição muito significava.

5) A internet aparece como sendo a atividade que ocupa a maior parte do tempo para 58,33%, deixando a TV em segundo lugar com ‘apenas’ 26%. A importância da internet como uma nova agência de socialização política quando aparece como o meio que os jovens mais utilizam para se manter informados: 60% usam as redes sociais e 33,33% usam os portais de notícia. E em destaque, 64%

afirmam que é a internet principal meio de acesso a informações políticas especificamente. Para além de fonte de informação política, 73,33% concordam com a afirmação de que a internet é um espaço para discutir política, reforçando o caráter de troca de informações políticas neste ambiente.

Quanto a opinião política destes jovens, podemos concluir pelos dados que este grupo apresenta algumas características que se destacam, tais quais as crenças na democracia, na percepção da importância de se conviver bem com opiniões diferentes e no poder de transformação da política e da participação do jovem. Ao mesmo tempo, possuem uma confiança quanto aos agentes e mecanismos institucionalizados da política, tais quais o poder legislativo e partidos políticos que possuem baixo poder de representatividade com relação a este grupo, apesar de não corroborarem com a ideia de que todos os políticos são corruptos.

Quanto aos dados dos jovens referentes a seus convívio com amigos, 50% concordam que conversas sobre política faz parte do cotidiano entre seus amigos e corroborando com esta ideia o mesmo número se vê constantemente em meio a discussões políticas. Além da troca de informações políticas, 43,33% dos respondentes se sentem incentivado a se posicionarem politicamente pelos amigos, deixando claro o caráter socializador que estas relações possuem. Este é um dado muito significativo apontando uma grande influência dos jovens entre si.

O estudo de caso, corrobora com as considerações acima. Nele pudemos perceber que a família teve uma direta influência no posicionamento do jovem. O reforço veio do grupo de pares e pelas informações políticas que tem acesso através da internet, mas a escola é tida como o meio mais politizado e com maior quantidade de informações políticas diferentes da sua.

É interessante ainda registrar que, o jovem entrevistado é ele próprio agente de socialização político de outros jovens em seus grupos de pares. Este é um ponto que quero destacar, pois é pouco abordado na literatura sobre socialização política de jovens. Acredito que o próprio jovem pode atuar como agente de socialização com papel decisivo e este ganha, cada vez mais, espaço e potencial devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação virtuais, tais como as redes sociais.

Dessa forma, o jovem não é apenas entendido como receptor dos agentes da socialização política ou como reproduzidor de uma socialização política recebida no seio familiar ou escolar. Corroborando com os estudos que apresentam o ganho de importância da internet, e principalmente pelo fato pela presença massiva de jovens

neste universo digital, o papel do jovem enquanto agente é potencializado. O jovem é – também um agente que fornece informações.

Como mostrou o estudo de caso, a socialização política na escola não ocorre apenas da instituição para o aluno. Há mais de um caminho. O estudo de caso nos indicou que uma das vias se constrói entre os próprios jovens, que debatem e compartilham informações políticas, constituindo assim espaço e ambiente propícios à socialização política.

REFERÊNCIAS:

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Parlamento Jovem**. Disponível em http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/index.html. Acesso em: 10 de agos. 2016.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Newbury Park: Sage, 1989.

ALVES, Yara. As juventudes e seus modos de vida: reflexões sobre as relações sociais dos participantes do Parlamento Jovem. Parlamento Jovem: uma história de aprendizado sobre cidadania e juventude. In: MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 231-246.

ANDERSON, Laurel; MCCABE, Debora. A Coconstructed World: Adolescent Self-Socialization on the Internet. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 31, n. 2, p. 240-253, 2012.

ARAÚJO, A. L. de. A importância dos agentes de socialização na participação política dos jovens. In: **I Seminário Nacional de Sociologia & Política UFPR**, A sociedade e Política em Tempos de Incerteza, na Universidade Federal do Paraná, de 09 a 11 de Setembro de 2009. Disponível em: [<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/Gts-ONLINE/GT8%20online/Eixoll/importancia-agentes-AngelicaAraujo.pdf>]. Acesso em: 5 agos. 2016.

AVELLAR, GARCIA, et al. O Parlamento Jovem e a Gerência-Geral de Projetos Institucionais. Parlamento Jovem: uma história de aprendizado sobre cidadania e juventude. In: MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 51-58.

BAQUERO, M. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: Capital social e cultura política. In BAQUERO, Marcelo. **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

BAQUERO, R.; BAQUERO, M. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v.6, n.11, p.139-153, 2007.

BAQUERO, R. V. A.; BAQUERO, M. Os limites da democracia: Quando a política (des)educa e a educação (des)politiza. v. 13, n. 3, p. 255-263. **Educação Unisinos**, 2009.

BAQUERO, R. V. A.; BAQUERO, M. Formação Cidadã dos Jovens no Contexto de um Regime Democrático Híbrido. **Revista Debates**, v. 8 n. 2. p. 50-82. 2014.

BAQUERO, M.; GONZALEZ, R. S. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião Pública** [online], v.17, n.2, p.369-399. 2011.

BAQUERO, Marcello. **O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil**: um estudo preliminar de socialização política. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

BARROS, A. T. de; MARTINS, L. B. Juventude e comunicação política: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. In: **XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, Goiânia-GO, realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

BARROS, A. T. de; MARTINS, L.M., Impactos do parlamento jovem brasileiro na imagem pública do poder legislativo. In: **VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, 22 A 24 de abril de 2015. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT3-Barros-e-Martins.pdf>>. Acesso em: 03 agos. 2016.

BAR-TAL, D.; HAREL, A. S.; Teachers as agents of political influence in the Israeli high schools. **Teaching and Teacher Education**, v. 18, p.121-134. Jan. 2002.

BELLONI, Maria Luiza. Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p.57-82. jan. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1629/1370>>. Acesso em: 05 maio. 2017.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRAGA, S.; TADRA, J. Ensinando democracia pela web: as experiências da escola do legislativo e do parlamento jovem nos portais legislativos brasileiros. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 8, p. 196-219, 2013.

CARVALHO, A. V. C. O Parlamento Jovem e a experiência das Escolas do Legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados – O Desenvolvimento da Cultura Cívica, propícia à Democracia. Trabalho de conclusão de curso. (Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009.

CASALECCHI, G. Á. Socialização Política e Mudanças de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 479-487. Dez, 2009.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CASTRO, R. S.; DUARTE, P. de S.; KELLES, E. F. A quem cabe a formação política dos cidadãos?. In: MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude**: a experiência do Parlamento Jovem. 1 ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 19-32.

COSSON, Rildo. Dois modelos de parlamento jovem: uma leitura de seu funcionamento como letramento político. **Revista Estudos Legislativos**, n.3, p. x-x. 2009.

CUNHA, Sara. Projeto Parlamento Jovem: participação no seminário legislativo - construção de uma consciência democrática. In: MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude**: a experiência do Parlamento Jovem. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 247-164.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos. 1978.

EASTON, D.; DENNIS, J. **Children in political system**: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

EHMAN, Lee. The American school in the political socialization process. **Review of Educational Research**, v. 50, p. 99-119. 1980.

EUCLYDES, A.C.P; CANEDO, M. C. M.; PAOLUCCI, M. N., et al. Parlamento Jovem: uma história de aprendizado sobre cidadania e juventude. In: MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude**: a experiência do Parlamento Jovem. 1. ed, Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 33-50.

FELIPPE, W. C. O Parlamento Jovem na extensão da PUC Minas: comunicação e criatividade transformadora. In: MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude**: a experiência do Parlamento Jovem. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 59-65 .

FREITAS, S. O projeto Parlamento Jovem e seu desdobramento virtual no orkut. In: _____ (Org). **Educação política da juventude**: a experiência do Parlamento Jovem. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 291-310.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. In: Humberto Dantas. (Org.). **Educação política no Brasil**: reflexões, iniciativas e desafios. 1ed.Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016, v. 17, p. 145-164.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A. Quando confiar é bom? Repensando a confiança e a desconfiança política no Brasil. **Latin American Research Review**, v. 51, n. 2, p.217-232, 2016.

FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, v. 20, p. 425-449. 2014.

FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, v. 18, p. 88-108. 2012.

FUKS, M.; Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, v. 83, p. 145-178. 2011.

FUKS, M.; BATISTA FERREIRA, F. Informação e conceituação: um estudo sobre a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, p. 123-143, 2011.

FUKS, M; BATISTA, F. 2010. Informação e conceituação: um estudo sobre a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. Paper apresentado ao **XXXIV Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Anpocs.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

GONÇALVES, Guilherme Quaresma; CASALECCHI, Gabriel Ávila. O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 15, n. 24, p. 71-103, jul./dez. 2013.

HYMAN, Herbert. **Political socialization: a study in the psychology of political behavior**. Glencoe: The Free Press, 1959.

JENNINGS, M. Kent e NIEMI, Richard G. **The political character of adolescence: the influence of families and schools**. Princeton: Princeton University Press, 1974.

KELLES, E.; MARQUES, M. E. Parlamento Jovem – uma experiência inovadora em Minas. **Cadernos adenauer**, v. XI, n. 3, p. 37-43. 2010.

Machado, M. Ciência política e socialização política nos Estados Unidos. **Revista Dados**, v. 22, p. 65-73. 1979.

MARQUES, M. E. O desenho teórico e analítico da pesquisa: participação juvenil no Legislativo local e Estadual. In: MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. 1. ed.; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012a. p. 99-114.

_____. O sentido atribuído aos valores de orientação pessoal e política pelos participantes do Parlamento Jovem. In: _____ (Org). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. 1. ed, Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012b. p. 169-230.

_____. O protagonismo no Parlamento Jovem 2004-2008 – as proposições apresentadas nos seminários legislativos da Assembleia de Minas Gerais. In:

_____. (Org). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. 1. Ed, Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012c. p. 267-290.

MEDEIROS, Regina. Procedimentos metodológicos da pesquisa: a decisão pela pesquisa qualitativa. In: MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. 1. ed., Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012a. p. 67-98.

MEDEIROS, Regina. Desafios para a formação política de jovens. Parlamento Jovem: uma história de aprendizado sobre cidadania e juventude. In: MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. 1. Ed, Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012b. p. 115-168. 2012b

MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (Org). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. 1. ed., Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 328.

MOELLER, Judith; VREESE, Claes. The differential role of the media as an agent of political socialization in Europe. **European Journal of Communication**, v. 28, n. 3, p.309-325, 2013.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil, 2017. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

NAZZARI, Rosana K. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. **Educação Unisinos**. v. 9, n.2. p. 145-154. 2005.

_____. **Juventude Brasileira: Capital Social, Cultura e Socialização Política**. Cascavel: EDUNIOESTE. 2006

NIEMI, Richard G. **How family members perceive each other: political and social attitudes in two generations**. New Haven e Londres: Yale University Press, 1974.

PALETZ, David; OWEN, Diana; COOK, Timothy. **21st Century American Government and Politics**. v. 1, 2012. Disponível em: <<http://2012books.lardbucket.org/pdfs/21st-centuryamerican-government-and-politics.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

PERCHERON, Annick. **La socialisation politique**. Paris: Armand Colin, 1993

QUARESMA, Guilherme Gonçalves. **O parlamento Jovem como política pública: o impacto do projeto na confiança em instituições políticas e conhecimento político**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

RIBEIRO, J. T. **Ensinando democracia pela web: as experiências da escola do legislativo e do parlamento jovem dentro dos portais legislativos brasileiros.** Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2011.

RIBEIRO, E. A; FARIA, M. B. Cultura política e Agentes de Socialização. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, vol. 9, nº 2, p. 177-197, 2004.

RIOS, C.; PEDROSA, D.; GOMES, M. et al. Parlamento Jovem 2010: educação política em perspectiva. **CSONline** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 5, ed. 12, abr./jul. 2011. Disponível em: <https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/1184>. Acessado em: 2 agos. 2015.

ROBALLO, J. H. M. **Cultura política, socialização política e internet: um estudo de caso com os estudantes de ensino médio de Rio Pardo/RS.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROBALLO, J. H. M. Cultura e Socialização Política dos estudantes de ensino médio e seus pais: um estudo de caso a partir de duas gerações em Rio Pardo/RS. Trabalho apresentado em Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, na Universidade Federal de Santa Catarina. 23 a 26 de agosto de 2010. In: **Anais...** Disponível em [\http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278288331_ARQUIVO_JoseHenrique-ST55.pdf. Acessado em: 21 agos. 2016.

SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública** [online], v.19, n. 2, p.380-402. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762013000200006&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 14 agos. 2016.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.335-350. Nov. 2005 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio 2017.

SIGEL, R. S. (Org.). **Political Learning in adulthood: a sourcebook of theory and research.** Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1989.

SILVA, R. G. **Juventude e educação cidadã: estudo sobre os impactos do Parlamento Jovem de Minas Gerais.** 2013. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIN, Maria S. Souza de. Socialização Política e Capital Social: Uma análise da Participação da Juventude no Contexto Escolar e Político. **Revista Educação Unisinos**, v. 09, n. 2, p.155-163. maio/ago, 2005,.

SIQUEIRA, M. R. **Mudanças de atitudes políticas no contexto dos projetos de educação cívica:** a experiência do parlamento jovem mineiro 2008. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SOUZA, Ayda Connia de. **Socialização política:** a família e a escola na formação das atitudes políticas dos adolescentes de Porto Alegre. 1983. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre, 1983.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política nos Anos 1990:** Um estudo de socialização política no Brasil. 2000. 392 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000

ZORZI, F. B. **Cidadania Desigual:** Socialização Política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

7. ANEXOS (Questionário e roteiro da entrevista):

7.1. Questionário

Questionário destinado aos participantes do Parlamento Jovem 2016

Atenção: Os seus dados e a sua identidade serão preservados e utilizados exclusivamente a fim da organização da pesquisa e para caso queiramos entrar em contato com você para uma entrevista.

Obrigado.

Nome: _____

Escola: _____

Série: _____

Telefone para contato: _____ E-mail: _____

1. Cidade em que reside:

- () Juiz de Fora
 () Rio Preto
 () Leopoldina
 () Matias Barbosa
 () Santos Dumont
 () Outra: _____

2. Qual a sua idade? _____

3. Sexo:

- () Masculino
 () Feminino

4. Assinale a alternativa que identifica a sua cor/raça:

- () Branca
 () Preta
 () Parda
 () Amarela
 () Indígena

5. Quantas pessoas moram com você? (incluindo pais, irmãos, parentes e amigos)

- () Moro sozinho
 () Uma a três
 () Quatro a sete
 () Oito a dez
 () Mais de dez

6. A casa onde você mora é?

- () Própria
 () Alugada
 () Cedida

7. Sua casa está localizada em?

- Zona rural
- Zona urbana
- Comunidade indígena
- Comunidade quilombola

8. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado ou Doutorado
- Não sei

9. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado ou Doutorado
- Não sei

10. A renda familiar, somando o rendimento de todas as pessoas que moram com você, é de aproximadamente?

- Nenhuma renda
- Até 1 salário mínimo (R\$ 880,00)
- De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 880,00 a R\$ 2.640,00)
- De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 2640,00 a R\$ 5.280,00)
- De 6 a 9 salários mínimos (R\$ 5.280,00 a R\$ 7.920,00)
- De 9 a 12 salários mínimos (R\$ 7.920,00 a R\$ 10.560,00)
- Acima de 12 salários mínimos (acima de R\$ 10.856,00)

11. Quantas pessoas contribuem para a obtenção dessa renda familiar?

- Uma
- Duas
- Três
- Quatro
- Mais de quatro

12. Você trabalha ou já trabalhou?

- Sim
- Não

13. Quantos carros existem em sua residência?

- Nenhum
- Um
- Dois
- Três
- Quatro ou mais

14. Possui computador em casa?

- Não possuo computador
- Possuo apenas um sem acesso à internet
- Possuo apenas um com acesso à internet

Possuo mais de um de sem acesso à internet

Possuo mais de um com acesso à internet

15. Você possui empregada(o) doméstica(o) em sua residência?

Sim

Não, mas com alguma frequência contratamos serviço de faxina.

Não, preciso ajudar diariamente com os serviços domésticos.

Não, mas não preciso ajudar diariamente com os serviços domésticos.

16. Atualmente vocês estuda em uma escola:

Particular

Pública

17. Onde você frequentou o Ensino Fundamental?

Todo em escola pública

Maior parte em escola pública

Todo em escola particular

Maior parte em escola particular

Todo em escola particular com bolsa

Maior parte em escola particular com bolsa

18. A escola em que estuda possui grêmio estudantil?

Sim

Não

19. Além dos exigidos pela escola, quantos livros você lê por ano?

nenhum

1 a 3

3 a 5

5 a 8

Acima de 8

20. Qual das atividades abaixo ocupa a maior parte do seu tempo livre?

TV

Igreja

Teatro

Cinema

Música

Bares e casas noturnas

Leitura

Internet

Esportes

Outra: _____

21. Qual o meio que você mais utiliza para se manter informado(a)?

Jornal escrito

TV aberta

TV fechada (paga)

Rádio

Revistas

Internet – redes sociais

Internet – portais de notícia

- () Nenhum
 () Outro: _____

22. O seu principal meio de acesso a informações políticas especificamente é:

- () TV aberta
 () TV paga
 () Internet em casa
 () Internet fora de casa
 () Jornais escritos e revistas
 () Familiares
 () Amigos
 () Escola
 () Nenhum
 () Outro: _____

ATENÇÃO (!),

Nas próximas questões não é necessário marcar apenas uma alternativa, marque quantas for necessário para corresponder a sua realidade.

23. Assinale a(s) alternativa(s) contendo a(s) atividade(s) ou organizações de que tem conhecimento que seus pais ou responsáveis já participaram ou participam:

- () Não tenho conhecimento
 () Grupo de igreja,
 () Protestos de rua
 () Sindicato,
 () Associação de bairro,
 () Greves,
 () Partido político,
 () Movimento estudantil na juventude,
 () ONG,
 () Trabalho voluntário,
 () Projeto social,
 Outro(s): _____

24. Assinale a(s) alternativa(s) contendo a(s) atividade(s) ou organizações que você já participou ou participa:

- () Nenhuma
 () ONG,
 () Grêmio estudantil,
 () Representante de sala,
 () Organizações de movimento estudantil,
 () Trabalho voluntário,
 () Projeto social,
 () Coletivos estudantis,
 () Protestos de rua,
 () Petições na internet,
 () Partido político,
 () Grupos jovens de igreja,
 Outro(s): _____

25. Você participa de alguma(s) atividade(s) extra-escolar:

- () Não
 () reforço escolares
 () atividade física regular
 () curso de língua estrangeira,
 () aulas de instrumento musical,
 () curso pré-vestibular
 () teatro
 () dança
 () curso técnico
 () desenho/pintura
 () Outro(s) _____

26. Diante das afirmativas abaixo, por favor, marque ao lado a alternativa que melhor se aproxima da sua opinião quanto ao nível de concordância ou discordância delas:

	Discordo Plenamente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente
.1 Política não se discute					
.2 Todos os políticos são corruptos					
.3 A política é algo reservado aos políticos					
.4 As leis são construídas para o interesse da população					
.5 Eu confio na forma em que as leis são construídas no Brasil					
.6 O poder legislativo é confiável					
.7 Eu me sinto representado pelo poder legislativo					
.8 Eu me sinto representado por algum partido político					
.9 Pessoas com diferentes opiniões políticas não devem debater ou conviver juntas no mesmo espaço					
.10 Conversas sobre política faz parte do cotidiano de minha casa					
.11 Conversas sobre política faz parte do cotidiano entre					

meus amigos .12 A internet é um espaço para discutir política					
.13 A escola é um espaço para discutir política .14 Estou constantes em meio a discussões políticas .16 Eu me sinto incentivado a me posicionar politicamente pelos meus amigos .17 Eu me sinto incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pelos meus familiares .18 Eu me sinto incentivado a participar de atividades cívicas e políticas pela(s) escola(s) em que estudo/estudei					
.19 A política é um meio de transformar a sociedade .20 Eu sou/fui influenciado por professor(es) quanto a participar de projetos políticos					
.21 A participação política do jovem pode mudar a realidade em que vivemos					
.22 Eu acredito que a democracia é o melhor modelo político possível .23 Opiniões diferentes quanto a soluções políticas são importantes para a democracia					

Responda com suas palavras:

27. Quais motivos acredita que o levou a participar do Projeto Parlamento Jovem?

7. 2. Roteiro das entrevistas:

Como você definiria seu interesse e seu posicionamento na política?

- Família

Se lembra de ser levado pelos pais a participar de algum evento político?

Se lembra de ouvir os pais falando de política?

Se lembra ou sabe que o pai ou mãe participou de algum protesto ou evento político-institucional?

Se lembra de conversar políticas que já tiveram emblemáticas? A primeira?

Quais são as pessoas que mais falam de política na sua casa ou família?

Conhece o posicionamento político dos seus pais e familiares?

Os seus familiares trazem questões ou informações políticas quando se encontram?

Você é questionado sobre o que pensa na política?

O pai e a mãe tem um posicionamento político parecido?

Se sente incentivado a se posicionar politicamente pela sua família?

Se sente incentivado a participar de protestos, organizações ou ações políticas pela sua família?

Se sentiria confortável em se posicionar de forma contrária aos seus pais?

Como são tratados as opiniões opostas as dos membros da sua família no meio familiar?

Como você enxerga o posicionamento político dos seus pais?

Você se lembra de, antes dos últimos escândalos políticos, conversarem de política?

Você possui algum membro familiar que acredita que influenciou seu posicionamento ou atitudes políticas diretamente?

Você definiria seu ambiente familiar como mais autoritário ou democrático?

- Escola

Existem discussões políticas no espaço escolar que você frequenta?

Você costuma concordar ou discordar do posicionamento político dos professores?

Costuma se posicionar politicamente nas discussões no meio escolar?

Seus colegas costumam se posicionar politicamente nas discussões no meio escolar?

Como a opinião divergente ao do professor é tratada?

Se sente à vontade para discordar e se posicionar politicamente dentro da escola?

Se sente à vontade para discordar e se posicionar contrário a posições da escola?

Como acredita que as suas opiniões políticas são vistas pelos seus colegas e professores?

Conhece o órgão colegiado ou algo equivalente da sua escola?

Você faz, já fez ou conhece alguém que já tenha participado do órgão colegiado?

Existem representantes de turma ou equivalentes na sua escola? Como são escolhidos?

Já foi representante de turma?

Possui grêmio escolar na escola ou já possuiu?

Já participou ou participa de grêmios escolar?

Já participou de alguma mobilização estudantil dentro do ambiente escolar?

Como costuma ser tratada as mobilizações e reivindicações estudantis dentro da escola?

Algum professor ou funcionário da escola incentivava diretamente os alunos a se posicionarem na política ou a ações políticas?

Tem ou teve algum professor que foi uma influência para o seu posicionamento político?

Quais acredita que sejam os posicionamentos políticos dos seus professores?

A escola traz alguma forma de informações políticas a você? De qual forma?

As escolas nas quais estudou, você diria que possuíam um ambiente mais autoritário ou democrático?

- Grupo Pares

Quais são as atividades nas quais você passa maior parte do seu tempo?

Você faz parte de alguma organização, associação ou grupo de jovens?

Você considera este contexto politizado?

Conversa sobre política com seus amigos?

Está em meio a discussões políticas com os seus amigos?

Você se posiciona em questões polêmicas com os seus amigos?

Os seus amigos têm posicionamentos políticos claros?

Seus amigos têm posicionamentos políticos parecidos?

Possui amigos com posicionamentos contrários ou muito destoantes ao seu?

Vocês se sente representado por algum movimento, partido ou grupo político?

Faz parte de algum grupo ou organização de cunho político?

Como você entende o posicionamento político dos seus amigos mais próximos?

Como acredita que o seu posicionamento político é visto pelos seus amigos?

Você diria que possuíam um ambiente mais autoritário ou democrático nas conversas políticas entre seus amigos?

- *Mídia e acesso à informação*

Tem acesso a informações políticas?

Busca informações políticas por vontade própria?

Elas chegam até a você de quais formas?

Qual o principal meio pelo qual você tem acesso à informação política?

Através de quais meios você busca ou recebe as informações políticas?

Quais são suas principais fontes de informação política?

Você confia nas suas fontes?

Discute política na internet com amigos ou desconhecidos?

Seus amigos discutem política na internet?

Você se posiciona politicamente na internet?

Você segue ou tem contato com pessoas que tem opiniões políticas diferentes as suas na internet?

Possui algum ou alguns meios preferidos como fonte de informação?

- *Experiências Políticas*

Já participou de algumas organização de cunho político?

Já foi em algum protesto?

Quais tipo de protesto já foi?

O que te levou a ir ao protesto?

Com quem você foi ao protesto?

Quais tipos de protesto você iria?

Acredita que deveria haver mais protesto?

Você acredita na eficiência dos protestos?

Seus familiares participam de protesto ou de alguma forma de organização política?

Seus amigos participam ou já participaram de protesto ou de alguma forma de organização política?

O que você entende como democracia?